

**CONTROLE
INTERNO**

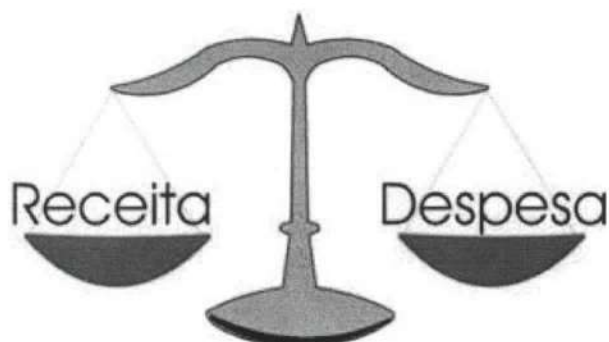
Prefeitura Municipal de

Toritama

A mudança começou.



Documento Assinado Digitalmente por: ODON FERREIRA DA CUNHA, AUREO SATURNINUM DA SILVA FALCAO
Acesse em: <http://eic/ce/ce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e15fd498-f052-4b68-bc34-fba18abcf80c



RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO

**AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE METAS FISCAIS
(1º Quadrimestre do RGF e 2º Bimestre do RREO de 2016)**

Carla Roberta da Silva
CHEFE DE GABINETE

CPF 080.913.044-04

Recebido 22/06/2016

Recebido 20.06.2016
Edyela Suelly

81 **3741.1811**

Prefeitura Municipal de Toritama

CNPJ: 11.256.054/0001-39

Rua João Chagas, S/N

Centro, Toritama, Pernambuco, CEP 55125 000



1. Introdução

Atendendo ao que preceitua a Legislação vigente, artigos 37, 42, 74 e 165 da Constituição Federal, a Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em seu artigo 9º, bem como o Preconizado na Resolução do Tribunal de Contas do Estado TC Nº. 01/2009 e na Lei Municipal nº. 996/2009, apresentamos o Relatório Bimestral da Execução Orçamentária e da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais. Conforme determina a LRF o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais ao final de cada bimestre.

Os dados foram extraídos dos relatórios Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e de Gestão Fiscal (RGF), do 2º bimestre e do 1º quadrimestre de 2016, produzidos pela contabilidade e publicados no portal do SISTEMA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E FISCAIS DO SETOR PÚBLICO-SICONFI, acesso: siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/declaracao/declaracao_list.jsf, tendo como objetivo fundamental levar ao conhecimento das autoridades competentes, do controle externo e da sociedade, informações adicionais e de forma simplificada.

2. Receita Pública

As receitas previstas, conforme Lei Orçamentária Anual- LOA 2016, configuraram-se da seguinte maneira:

A receita corrente estimada no exercício de 2016 foi de R\$ 76.946.832,29, e as receitas de capital R\$ 1.450.000,00, totalizando o montante de R\$ 78.396.832,29. A Receita prevista até o 2º bimestre, conforme quadro abaixo foi R\$ 26.132.277,43, sendo realizado o total de Receitas de R\$ 22.511.089,61, ou seja, a Municipalidade arrecadou a menor R\$ 3.621.187,82 no período compreendido entre janeiro a abril/2016. Abaixo um quadro e gráfico com as análises das receitas auferidas até o bimestre pela municipalidade.

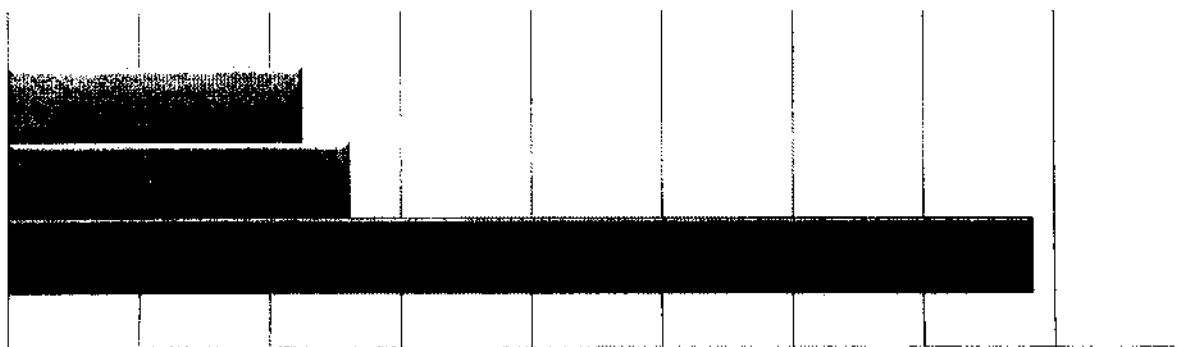


RECEITAS ATÉ O 2º BIMESTRE

Descrição da Receita	Receita Prevista na LOA para o Exercício de 2016	Receita Prevista até 2º Bimestre	Receita Realizada até 2º Bimestre	Receita Arrecada a Menor até o 2º bimestre	% Realizado
RECEITAS	R\$ 78.396.832,29	R\$ 26.132.277,43	R\$ 22.511.089,61	R\$ 3.621.187,82	28,71
1- Receitas Correntes	R\$ 76.946.832,29	R\$ 25.648.944,10	R\$ 22.295.722,95	R\$ 3.353.221,15	28,98
Receita Tributária	R\$ 3.383.032,29	R\$ 1.127.677,43	R\$ 1.422.744,20	R\$ - 295.066,77	42,06
Receita de Contribuições	R\$ 1.700.000,00	R\$ 566.666,67	R\$ 507.187,13	R\$ 59.479,54	29,83
Receita Patrimonial	R\$ 590.000,00	R\$ 196.666,67	R\$ 186.457,16	R\$ 10.209,51	31,60
Receita de Serviços	R\$ 518.000,00	R\$ 172.666,67	R\$ 45.902,08	R\$ 126.764,59	8,86
Transferências Correntes	R\$ 69.728.800,00	R\$ 23.242.933,33	R\$ 19.828.178,04	R\$ 3.414.755,29	28,44
Outras Receitas Correntes	R\$ 1.027.000,00	R\$ 342.333,33	R\$ 305.254,34	R\$ 37.078,99	29,72
2- Receitas de Capital	R\$ 1.450.000,00	R\$ 483.333,33	R\$ 215.366,66	R\$ 267.966,67	14,85

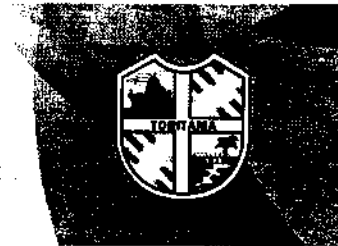
Extraído do RREO- 2º BIMESTRE/2016, disponível em <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>

RECEITAS TOTAIS DO EXERCÍCIO DE 2016

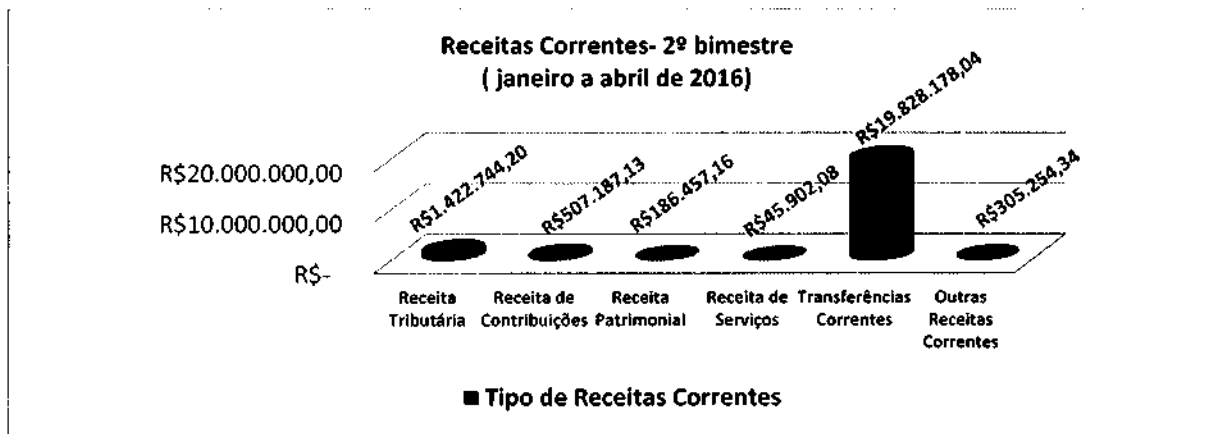


EM VALORES (R\$)

■ RECEITA REALIZADA ATÉ 2º BIMESTRE 2016 ■ RECEITA PREVISTA ATÉ O 2º BIMESTRE ■ RECEITA PREVISTA NA LOA PARA O EXERCÍCIO DE 2016



No gráfico abaixo, podemos verificar a realização das receitas no 2º bimestre, onde é perceptível que o maior montante é proveniente das Transferências Constitucionais, provenientes do FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS- FPM.



Despesa Pública

O total de **despesa liquidada até o 2º bimestre**, conforme RREO-ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e §1º) foi de **R\$ 20.621.893,99**, sendo **R\$ 20.322.366,78** despesas correntes. O total autorizada (fixada) para o mesmo período das despesas correntes foi de **R\$ 23.922.099,21**. **O que significa uma economia orçamentária corrente de R\$ 3.599.732,43.**

Vale destacar que o montante de despesa com pessoal liquidada até o 2º bimestre foi de **R\$ 13.432.378,37**. Esse último dado é de extrema relevância para a gestão dessa municipalidade, fato esse ainda preocupante, pois a despesa com pessoal ainda está fora dos limites estabelecidos na Lei nº. 101 de 2000, conforme veremos em tópico próprio desse relatório, abaixo um quadro evidencia o comportamento da despesa.

CONTROLE INTERNO

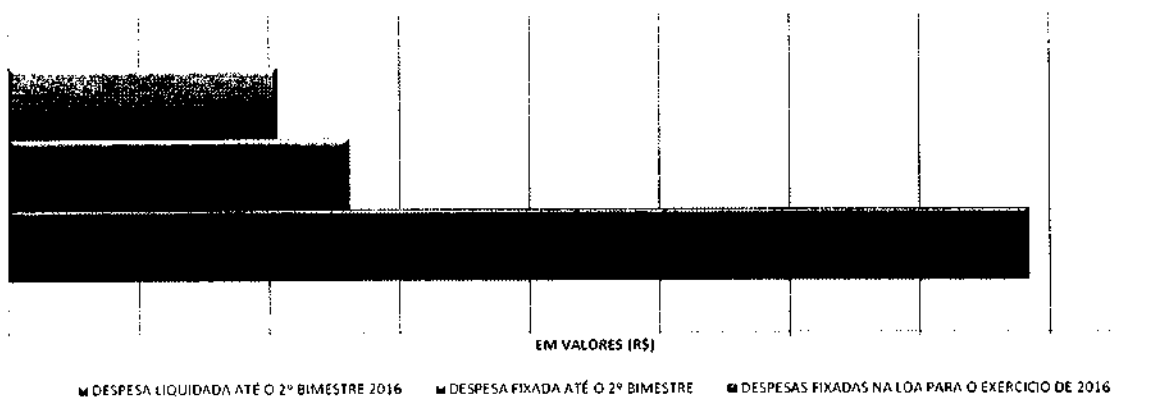


Documento Assinado Digitalmente por: ODON FERREIRA DA CUNHA, AUREO SATURNINUM DA SILVA FALCAO
Acesse em: http://eic.ice.pe.gov.br/app/validador/validador.jspx?codigo_documento=6554498-4052-4b58-b034-1ba18abe180c

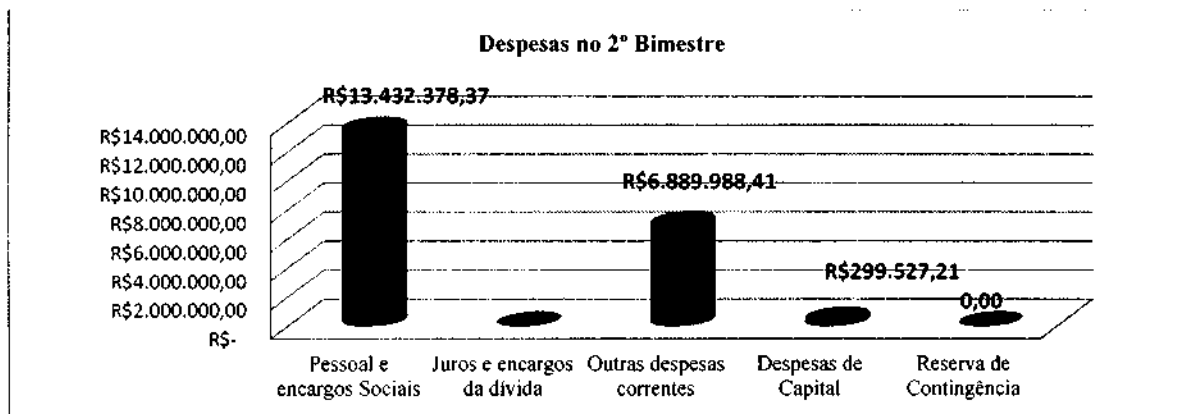
Descrição da Despesa	Despesas Fixadas na LOA para o Exercício de 2016	Despesa Fixada para até o 2º Bimestre	Despesa Realizada (liquidada) até o 2º Bimestre 2016	Despesa Realizada a menor no 2º Bimestre 2016
DESPESAS	R\$ 78.396.832,19	R\$ 26.132.277,40	R\$ 20.621.893,99	R\$ 5.510.383,41
3. Despesas Correntes	R\$ 71.766.297,64	R\$ 23.922.099,21	R\$ 20.322.366,78	R\$ 3.599.732,43
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 43.680.721,85	R\$ 14.560.240,62	R\$ 13.432.378,37	R\$ 1.127.862,25
Juros e Encargos da Dívida Interna	R\$ 1.000,00	R\$ 333,33	R\$ -	R\$ 333,33
Outras Despesas Correntes	R\$ 28.084.575,79	R\$ 9.361.525,26	R\$ 6.889.988,41	R\$ 2.471.536,85
4. Despesas de Capital	R\$ 5.530.534,55	R\$ 1.843.511,52	R\$ 299.527,21	R\$ 1.543.984,31
Investimentos	R\$ 3.230.117,89	R\$ 1.076.705,96	R\$ 15.861,28	R\$ 1.060.844,68
Amortização da Dívida	R\$ 2.300.416,66	R\$ 766.805,55	R\$ 283.665,93	R\$ 483.139,62
Reserva de Contingência	R\$ 1.100.000,00	R\$ 366.666,67	R\$ -	R\$ 366.666,67

Extraído do RREO- 2º BIMESTRE, disponível em <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>

DESPESAS TOTAIS DO EXERCÍCIO DE 2016



O gráfico abaixo evidencia as principais despesas, onde se observa que os maiores gastos até o 2º bimestre foram com Pessoal e Encargos.



3. Receita Corrente Líquida- RCL

A Lei Complementar nº. 101, de 2000, estabeleceu o conceito de Receita Corrente Líquida (RCL), no inciso IV do art. 2º, *in verbis*:

Art. 2º

IV- Receita Corrente Líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

- a) Na União, nos Estados e nos Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições mencionadas na alínea "a" do inciso I e no Inciso II do art. 195, e no art. 239 da Constituição Federal;
- b) Nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação Constitucional;
- c) Na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no §9º do art. 201 da Constituição Federal;

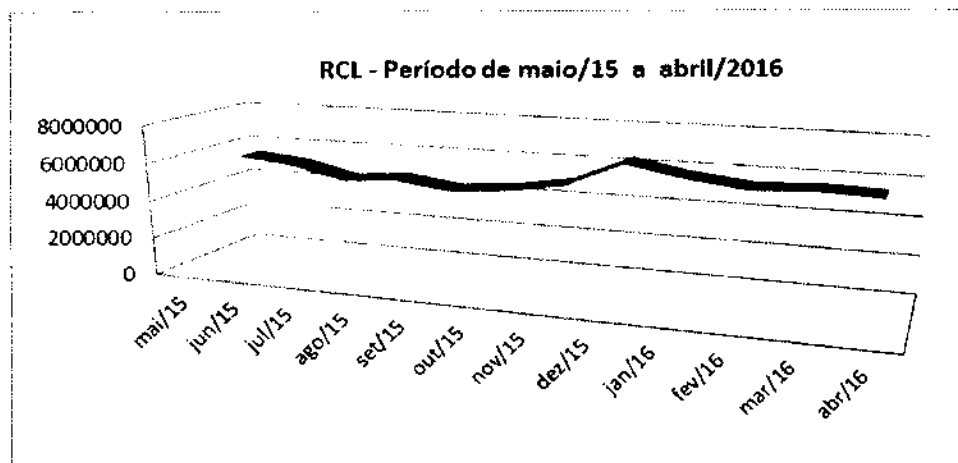
§ 3º. A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

A Receita Corrente Líquida (RCL) apurada até abril (2º bimestre de 2016), período de maio/2015 a abril/2016 foi de **R\$ 62.168.766,71**.

**RCL - PERÍODO DE MAIO/15 A ABRIL/2016**

jan/16	5.782.319,00
fev/16	5.428.262,15
mar/16	5.594.235,47
abr/16	5.490.906,33
mai/15	5.423.574,39
jun/15	5.130.822,54
jul/15	4.453.998,61
ago/15	4.682.086,78
set/15	4.290.172,24
out/15	4.537.015,00
nov/15	5.013.396,71
dez/15	6.341.977,49

No gráfico abaixo, fica evidenciado a queda na receita corrente líquida, o que trará impacto também no cálculo da despesa com pessoal.



Abaixo segue série histórica através de tabelas e gráficos das RCL auferidas nos exercícios de 2014, 2015 e 2016 (até abril):

CONTROLE INTERNO

Prefeitura Municipal de
Toritama
A mudança começou.

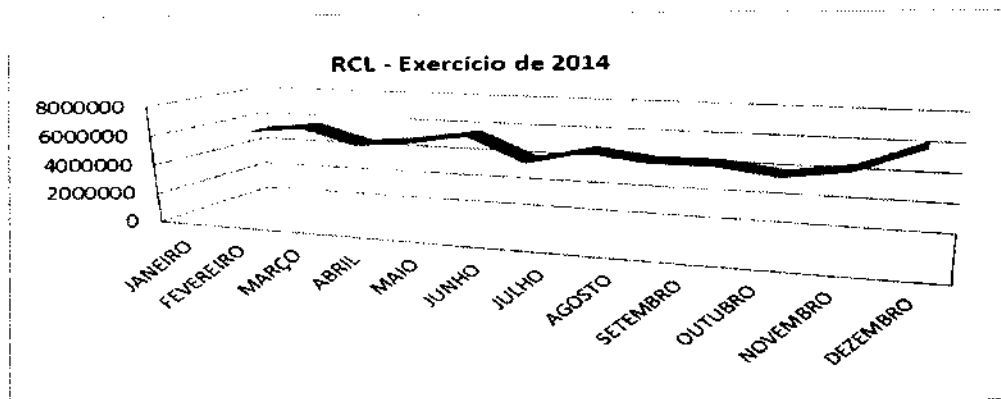


Documento Assinado Digitalmente por: ODON FERREIRA DA CUNHA, AUREO SATURNIUM DA SILVA FALCAO
Acesse em: <http://eccc.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: ef5fd498-f052-4bb8-bc34-fba18abc180c

VALOR DA RCL - EXERCÍCIO DE 2014	
MÊS - REFERÊNCIA	VALOR (R\$)
JANEIRO	5.241.792,39
FEVEREIRO	5.645.927,42
MARÇO	4.581.462,58
ABRIL	4.983.916,64
MAIO	5.654.576,77
JUNHO	3.996.398,58
JULHO	4.911.991,31
AGOSTO	4.438.644,43
SETEMBRO	4.459.706,38
OUTUBRO	3.966.649,08
NOVEMBRO	4.559.633,48
DEZEMBRO	6.239.156,67
TOTAL	58.679.855,73

VALOR DA RCL - EXERCÍCIO DE 2015	
MÊS - REFERÊNCIA	VALOR (R\$)
jan/15	5.669.021,82
fev/15	5.102.427,63
mar/15	5.647.272,74
abr/15	5.745.918,84
mai/15	5.423.574,39
jun/15	5.130.822,54
jul/15	4.453.998,61
ago/15	4.682.086,78
set/15	4.290.172,24
out/15	4.537.015,00
nov/15	5.013.396,71
dez/15	6.341.977,49
TOTAL	62.037.684,79

VALOR DA RCL - EXERCÍCIO DE 2016	
MÊS - REFERÊNCIA	VALOR (R\$)
jan/16	5.782.319,00
fev/16	5.428.262,15
mar/16	5.594.235,47
abr/16	5.490.906,33
TOTAL	22.295.722,95



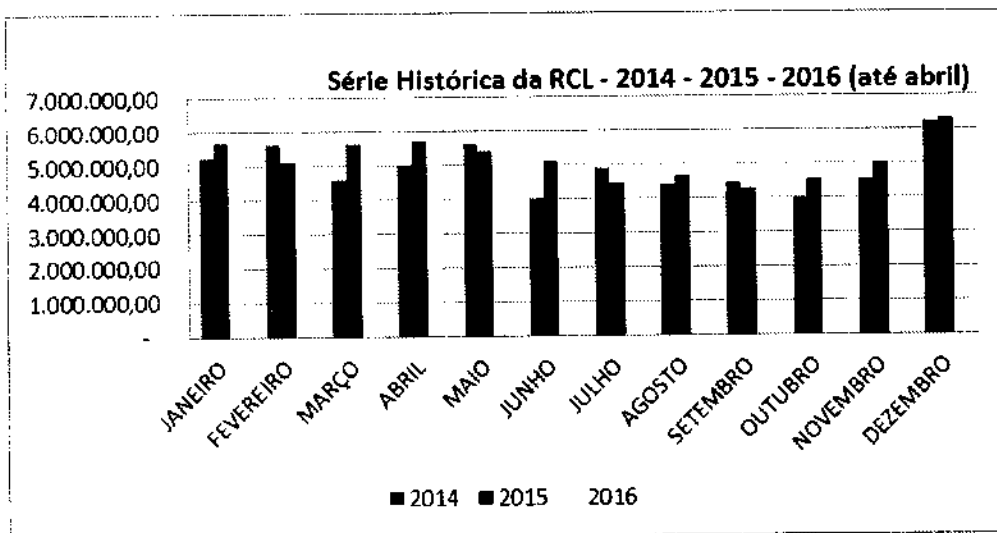
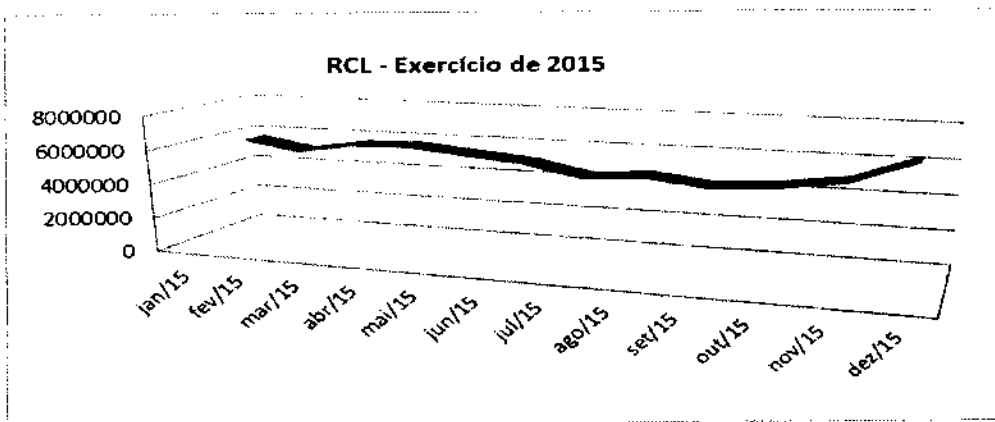
81 3741.1811

Prefeitura Municipal de Toritama

CNPJ: 11.256.054/0001-39

Rua João Chagas, S/N

Centro, Toritama, Pernambuco, CEP 55125 000



4. Resultado Primário

O Resultado Primário é o principal indicador de solvência fiscal no setor público. Tem por finalidade demonstrar a capacidade de o Município honrar o pagamento da dívida, utilizando suas receitas.



a) Resultado Primário estimado na LDO para o exercício de 2016	627.759,00
b) A estimativa por bimestre $[(627.759,00/6)*2]$	209.253,00
c) O Resultado Primário efetivamente realizado até o 2º bimestre de 2016	1.986.404,39

Nesse cálculo do Resultado Primário são consideradas apenas as chamadas receitas primárias, que não incluem, pelo lado das receitas, as financeiras, operações de crédito e alienação de bens, e do lado da despesa, a concessão de empréstimos e o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortizações).

5. Resultado Nominal

O Resultado Nominal consiste no monitoramento do desempenho do montante da dívida pública a cada bimestre.

a) Resultado Nominal estimado na LDO para o exercício de 2016	1.200.000,00
b) A estimativa por bimestre $[(1.200.000,00 / 6) * 2]$	400.000,00
c) O Resultado Nominal efetivamente realizado até o 2º bimestre de 2016	- 6.501.868,63

Objetivamente, o Resultado Nominal reflete, nominalmente, o valor da dívida consolidada pública. Quando ela aumenta, o resultado é positivo, quando ela diminui o resultado é negativo.

6. Demonstrativo da Dívida Consolidada

O Montante da Dívida Consolidada Bruta no 2º bimestre de 2016 foi de R\$ **18.162.032,04**.



É relevante ressaltar que a Dívida Consolidada Pública, a que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, envolve os compromissos legalmente assumidos de longo prazo, como parcelamentos de dívidas previdenciárias em favor do INSS.

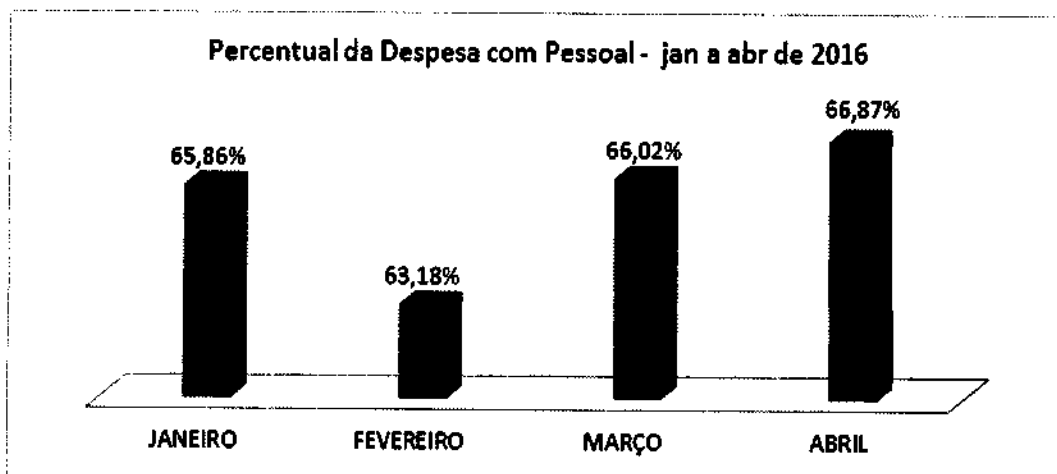
7. Despesas com Pessoal

A Lei de Responsabilidade Fiscal em seu art. 22, preconiza que a despesa total com pessoal não poderá ultrapassar 51,3%. No 1º Quadrimestre de 2016 o percentual atingido foi de 66,87%, muito acima do limite estabelecido no citado dispositivo legal.

A Despesa com pessoal no 1º bimestre de 2016, apurada no período de maio/2015 a abril/2016, conforme estabelece a LRF, foi de R\$ 41.575.127,96 que representa 66,87% da RCL.

Dispõe a LRF no art. 20, inciso III, alíneas “a” e “b” que no Município o Limite de Despesas com Pessoal (DP) é de 6% para o Poder Legislativo e 54% para o Poder Executivo. Quanto o Município alcança 95% do limite da RCL (51,30%) com DP fica vedada a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição, bem como outras vedações que constam dos incisos II a V do parágrafo único do art. 22 da LRF.

Na verdade 54% da RCL acima citada são R\$ 33.571.134,02. Por conseguinte, houve um excesso de R\$ 8.003.993,94, que representa +12,87% da RCL. Abaixo, gráfico representativo da evolução dos percentuais da despesa com pessoal até o 1º quadrimestre:

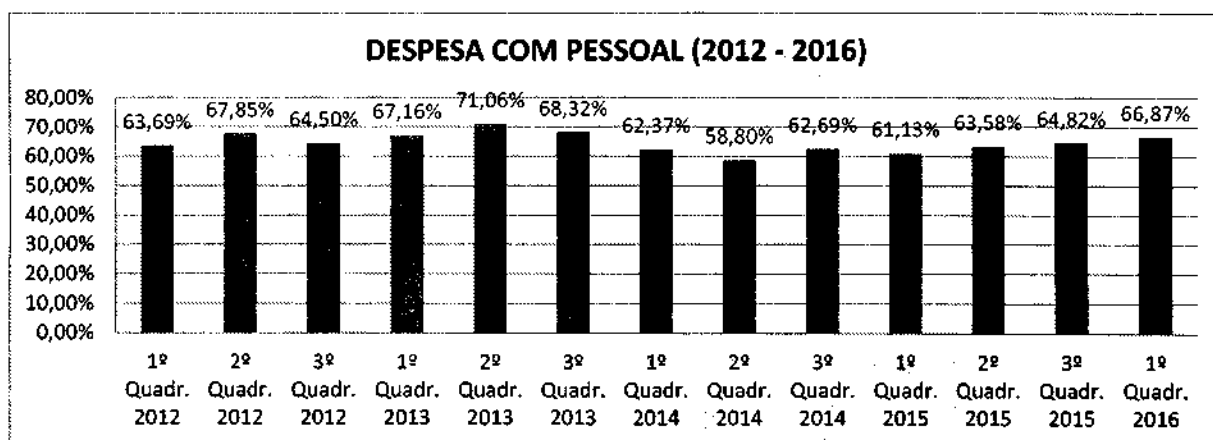




Segue abaixo a trajetória do comprometimento da despesa com pessoal no período de 2012 a abril de 2016:

Trajecória do Comprometimento da Despesa com Pessoal

Descrição	1º Quadr. 2012	2º Quadr. 2012	3º Quadr. 2012	1º Quadr. 2013	2º Quadr. 2013	3º Quadr. 2013	1º Quadr. 2014	2º Quadr. 2014	3º Quadr. 2014	1º Quadr. 2015	2º Quadr. 2015	3º Quadr. 2015	1º Quadr. 2016
%DTP	63,69%	67,85%	64,50%	67,16%	71,06%	68,32%	62,37%	58,80%	62,69%	61,13%	63,58%	64,82%	66,87%

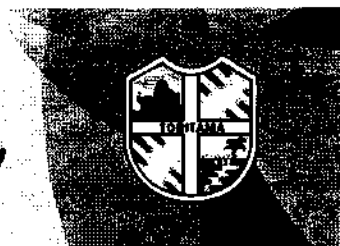


8. Aplicação em Saúde

A aplicação dos recursos nas ações e serviços públicos de saúde pelos municípios está regulamentada pelo art. 7º da Lei Complementar nº. 141, de 2012, onde o qual estabelece que os municípios deverão aplicar pelo menos 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação de impostos a que se referem o art. 156 e os recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º da Constituição Federal.

Até o 2º bimestre de 2016 a aplicação em saúde no Município foi de 19,43%, no tocante a despesa liquidada, cumprindo assim o percentual mínimo exigido de investimentos em saúde. Ressaltamos que a aplicação do percentual de 15% é do exercício, devendo a gestão observar os repasses e aplicações nos serviços públicos de saúde.

PERCENTUAL COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - EXERCÍCIO DE 2016		
BIMESTRE	Valor apurado (R\$)	% Aplicado
1º	883.597,74	13,53%
2º	2.593.192,44	19,43%



9. Aplicação em Educação

Conforme estabelece o caput do art. 212 da Constituição Federal, os municípios deverão aplicar na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), no mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) das Receitas Resultantes de Impostos (RRI) e transferências constitucionais. No segundo bimestre de 2016 foi aplicado **20,75%** na MDE.

Abaixo em tabela, elencam-se os percentuais e valores investidos efetivamente pela Municipalidade:

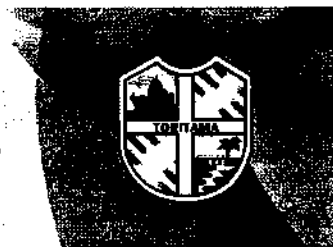
PERCENTUAL COM MDE - EXERCÍCIO DE 2016		
BIMESTRE	Valor apurado (R\$)	% Aplicado
1º	339.027,27	-5,19%
2º	2.768.430,49	20,75%

No art. 212 da Constituição da República consta que a aferição do montante aplicado é anual. Por conseguinte, o valor aplicado no 2º bimestre não demonstra o desempenho do Município até dezembro de 2016.

10. Aplicação do FUNDEB

Conforme dispõe a Lei Federal nº. 11.494, de 20 de junho de 2007, preceitua em seu art.22 que pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos totais do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Valorização dos Profissionais da Educação Básica), ingressados no Município durante o exercício, serão aplicados na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica, em efetivo exercício na rede pública municipal. **Até o 2º bimestre de 2016 a aplicação das receitas do FUNDEB com despesa com profissionais da educação básica representou 58,85%.**

PERCENTUAL COM PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO - EXERCÍCIO DE 2016		
BIMESTRE	Valor apurado (R\$)	% Aplicado
1º	1.374.049,98	36,64%
2º	4.246.265,87	58,85%



11. METAS FISCAIS

PREVISTO x RELIZADO AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas na LDO para 2016	2/6 das Metas Previstas para 2016 (a)	Metas Realizadas até o primeiro Bimestre (b)	Diferença entre (b) - (a)
Receita Total	78.396.832,29	13.066.139	22.511.089,61	9.444.950,90
Receitas Primárias (I)	72.681.243,24	24.227.081	22.324.632,45	- 1.902.448,63
Despesa Total	78.396.832,29	26.132.277	20.621.893,99	- 5.510.383,44
Despesas Primárias (II)	72.053.484,24	24.017.828	20.338.228,06	- 3.679.600,02
Resultado Primário (III) = (I-II)	627.759,00	209.253	1.986.404,39	1.777.151,39
Resultado Nominal	1.200.000,00	400.000	6.501.868,63	- 6.901.868,63
Dívida Pública Consolidada	15.800.000		18.162.032,04	2.362.032,04
Dívida Consolidada Líquida	15.800.000		13.960.163,41	- 1.839.836,59

Na segunda coluna as metas anuais foram divididas por 6, em razão de um bimestre ser 1/6 do exercício.

Os números extraídos nesse relatório foram extraídos dos Relatórios: Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e de Gestão Fiscal (RGF), do 2º bimestre e do 1º quadrimestre de 2016. Disponível no site: <https://siconfi.tesouro.gov.br>

12. Resumo dos Índices

DESCRIÇÃO DA OBRIGAÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL	LIMITE	REPRESENTAÇÃO DO CUMPRIMENTO (%)
Despesa com Pessoal até o 1º Quadrimestre 2016 (maio/2015 a abr/2016)	51%	60,3%
Aplicação do FUNDEB na Remuneração do Magistério	60%	58,8%

**CONTROLE
INTERNO**

Prefeitura Municipal de
Toritama
A mudança começou.



Documento Assinado Digitalmente por: ODON FERREIRA DA CUNHA, AUREO SATURNIUM DA SILVA FALCAO
Acesse em: <http://eccc.tce.pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: e15fd498-f052-4bb8-be34-fba18abcf80c

Aplicação em Educação- MDE	25%	20,75%
Aplicação em Saúde	15%	19,43%

É o Parecer.

Toritama, 31 de maio de 2016.



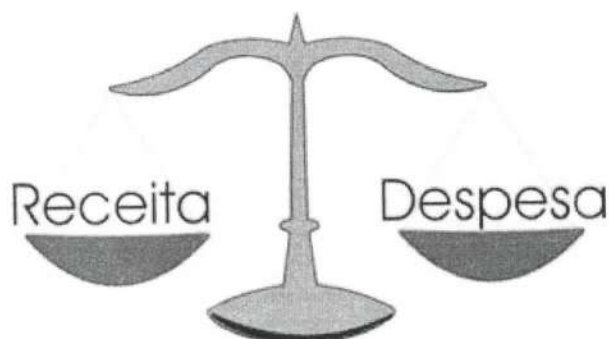
Aureo Saturnium da Silva Falcão
Controladoria Geral de Controle Interno
Aureo Saturnium Da Silva Falcão
CONTROLE INTERNO
Portaria GP N° 301/2013

**CONTROLE
INTERNO**

Prefeitura Municipal de
Toritama
A mudança começou.



Documento Assinado Digitalmente por: ODON FERREIRA DA CUNHA, AUREO SATURNIUM DA SILVA FALCAO
Acesse em: <http://eicce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: ef5fd498-f052-4bb8-bc34-fba18abc180c



RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE METAS FISCAIS
(3º Bimestre do RREO de 2016)

Recibo 4/8/2016
[Assinatura]
Odon Ferreira da Cunha
PREFEITO

81 **3741.1811**

Prefeitura Municipal de Toritama

CNPJ: 11.256.054/0001-39

Rua João Chagas, S/N

Centro, Toritama, Pernambuco, CEP 55125 000



1. Introdução

Atendendo ao que preceitua a Legislação vigente, artigos 37, 42, 74 e 165 da Constituição Federal, a Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em seu artigo 9º, bem como o Preconizado na Resolução do Tribunal de Contas do Estado TC Nº. 01/2009 e na Lei Municipal nº. 996/2009, apresentamos o Relatório Bimestral da Execução Orçamentária e da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais. Conforme determina a LRF o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais ao final de cada bimestre.

Os dados foram extraídos do relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), do 3º bimestre de 2016, produzido pela contabilidade e publicado no portal do SISTEMA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E FISCAIS DO SETOR PÚBLICO-SICONFI, acesso: siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/declaracao/declaracao_list.jsf, tendo como objetivo fundamental levar ao conhecimento das autoridades competentes, do controle externo e da sociedade, informações adicionais e de forma simplificada.

2. Receita Pública

As receitas previstas, conforme Lei Orçamentária Anual- LOA 2016, configuraram-se da seguinte maneira:

A receita corrente estimada no exercício de 2016 foi de R\$ 76.946.832,29, e as receitas de capital R\$ 1.450.000,00, totalizando o montante de R\$ 78.396.832,29. A Receita prevista até o 3º bimestre, conforme quadro abaixo foi R\$ 39.198.416,15, sendo realizado o total de Receitas de R\$ 34.897.324,79, ou seja, a Municipalidade arrecadou a menor R\$ 4.301.091,36 no período compreendido entre janeiro a junho/2016. Abaixo um quadro e gráfico com as análises das receitas auferidas até o bimestre pela municipalidade.

CONTROLE INTERNO



Documento Assinado Digitalmente por: ODON FERREIRA DA CUNHA, AUREO SATURNIUM DA SILVA FALCAO
 Acesse em: <http://eccc.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: ef5fd498-f052-4bb8-bc34-fba18abc180c

RECEITAS ATÉ O 3º BIMESTRE

DISCRIMINAÇÃO DA RECEITA	RECEITA PREVISTA NA LOA PARA O EXERCÍCIO DE 2016	RECEITA PREVISTA ATÉ O 3º BIMESTRE	RECEITA REALIZADA ATÉ 3º BIMESTRE 2016	RECEITA ARRECADADA A MENOR ATÉ O 3º BIMESTRE 2016	% REALIZADO
RECEITAS CORRENTES	R\$ 76.946.832,29	R\$ 38.473.416,15	R\$ 34.681.958,13	R\$ 3.791.458,02	45,07
Recarga Tributária	R\$ 3.383.032,29	R\$ 1.691.516,15	R\$ 2.171.165,01	R\$ 479.648,87	64,18
Recarga de Contribuições	R\$ 1.700.000,00	R\$ 850.000,00	R\$ 776.725,22	R\$ 73.274,78	45,69
Recarga Patrimonial	R\$ 590.000,00	R\$ 295.000,00	R\$ 301.554,22	R\$ 6.554,22	51,11
Recarga de Serviços	R\$ 518.000,00	R\$ 259.000,00	R\$ 76.955,04	R\$ 182.044,96	14,86
Transferências Correntes	R\$ 69.728.800,00	R\$ 34.864.400,00	R\$ 30.838.650,11	R\$ 4.025.749,89	44,23
Outras Receitas Correntes	R\$ 1.027.000,00	R\$ 513.500,00	R\$ 516.908,53	R\$ 3.408,53	50,33
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 1.450.000,00	R\$ 725.000,00	R\$ 215.366,66	R\$ 509.633,34	14,85
Operações de Crédito	R\$ 110.000,00	R\$ 55.000,00	R\$ -	R\$ 55.000,00	0,00
Alienação de Bens	R\$ 10.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ -	R\$ 5.000,00	0,00
Transferências de Capital	R\$ 1.210.000,00	R\$ 605.000,00	R\$ 215.366,66	R\$ 389.633,34	17,80
Outras Receitas de Capital	R\$ 120.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ -	R\$ 60.000,00	0,00
	R\$ 78.396.832,29	R\$ 39.198.416,15	R\$ 34.897.324,79	R\$ 4.301.091,36	44,51

Extraído do RREO- 3º BIMESTRE/2016, disponível em <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>

RECEITAS TOTAIS DO EXERCÍCIO DE 2016

R\$ 34.897.324,79		

EM VALORES (R\$)

■ RECEITA REALIZADA ATÉ 3º BIMESTRE 2016 ■ RECEITA PREVISTA ATÉ O 3º BIMESTRE ■ RECEITA PREVISTA NA LOA PARA O EXERCÍCIO DE 2016

81 3741.1811

Prefeitura Municipal de Toritama

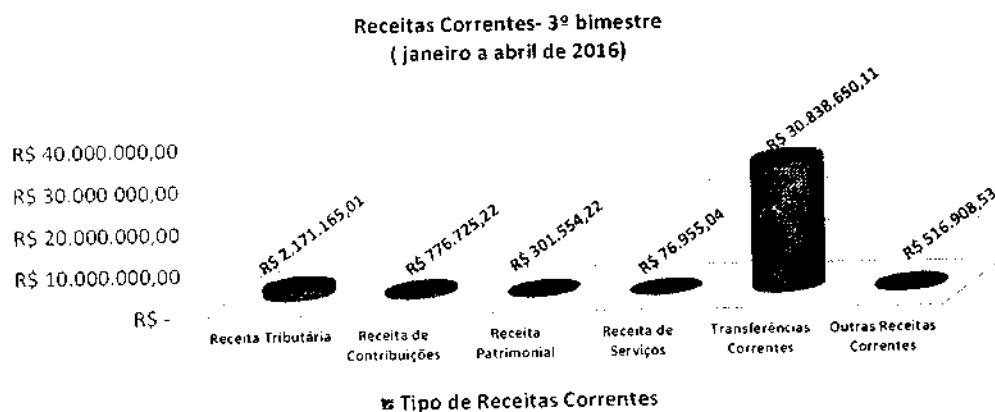
CNPJ: 11.256.054/0001-39

Rua João Chagas, S/N

Centro, Toritama, Pernambuco, CEP 55125-000



No gráfico abaixo, podemos verificar a realização das receitas no 3º bimestre, onde é perceptível que o maior montante é proveniente das Transferências Constitucionais.



Despesa Pública

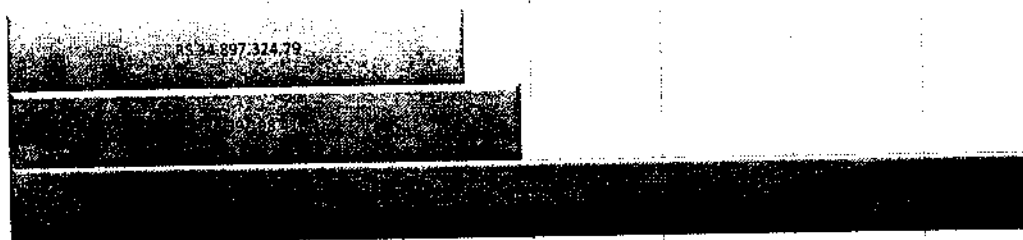
O total de **despesa liquidada até o 3º bimestre**, conforme RREO-ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) foi de **R\$ 33.445.125,51**, sendo **R\$ 32.944.459,90** despesas correntes. O total autorizado (fixada) para o mesmo período das despesas correntes foi de **R\$ 35.883.148,87**. **O que significa uma economia orçamentária corrente de R\$ 2.938.688,97.**

Vale destacar que o montante de despesa com pessoal liquidada até o 3º bimestre foi de **R\$ 21.582.532,36**. Esse último dado é de extrema relevância para a gestão dessa municipalidade, fato esse ainda preocupante, pois a despesa com pessoal ainda está fora dos limites estabelecidos na Lei nº. 101 de 2000, conforme veremos em tópico próprio desse relatório, abaixo um quadro evidencia o comportamento da despesa.

CONTROLE INTERNO

DISCRIMINAÇÃO DA RECEITA	DESPESAS FIXADAS NA LOA PARA O EXERCÍCIO DE 2016	DESPESA FIXADA ATÉ O 3º BIMESTRE	DESPESA LIQUIDADADA ATÉ O 3º BIMESTRE 2016	DESPESA LIQUIDADADA A MENOR ATÉ O 3º BIMESTRE 2016
DESPESAS CORRENTES	R\$ 71.766.297,74	R\$ 35.883.148,87	R\$ 32.944.459,90	R\$ 2.938.688,97
Pessoal e encargos Sociais	R\$ 43.680.721,95	R\$ 21.840.360,98	R\$ 21.582.532,36	R\$ 257.828,62
Juros e encargos da dívida	R\$ 1.000,00	R\$ 500,00	R\$ -	R\$ 500,00
Outras despesas correntes	R\$ 28.084.575,79	R\$ 14.042.287,90	R\$ 11.361.927,54	R\$ 2.680.360,36
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 5.530.534,55	R\$ 2.765.267,28	R\$ 500.665,61	R\$ 2.264.601,67
Investimentos	R\$ 3.230.117,89	R\$ 1.615.058,95	R\$ 63.868,98	R\$ 1.551.189,97
Amortização da Dívida	R\$ 2.300.416,66	R\$ 1.150.208,33	R\$ 436.796,63	R\$ 713.411,70
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 1.100.000,00	R\$ 550.000,00	R\$ -	R\$ 550.000,00
	R\$ 78.396.832,29	R\$ 39.198.416,15	R\$ 33.445.125,51	R\$ 5.753.290,64

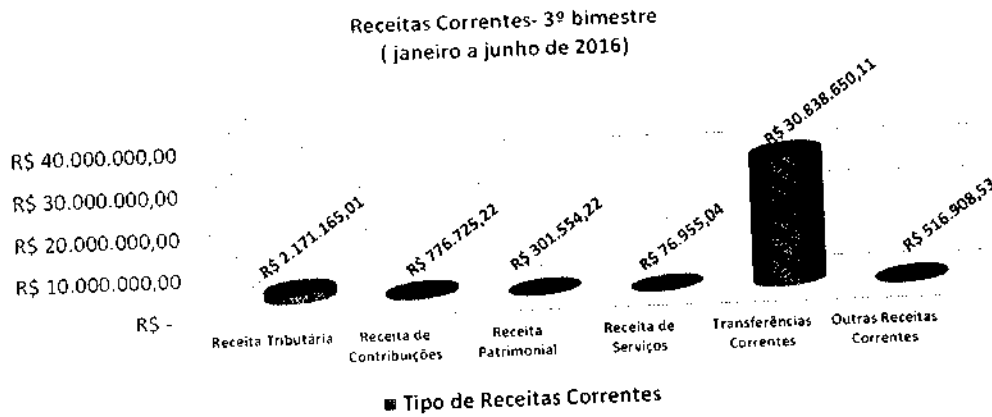
Extraído do RREO- 3º BIMESTRE, disponível em <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>

RECEITAS TOTAIS DO EXERCÍCIO DE 2016

EM VALORES (R\$)

▣ RECEITA REALIZADA ATÉ 3º BIMESTRE 2016 ▣ RECEITA PREVISTA ATÉ O 3º BIMESTRE ▣ RECEITA PREVISTA NA LOA PARA O EXERCÍCIO DE 2016

O gráfico abaixo evidencia as principais despesas, onde se observa que os maiores gastos até o 3º bimestre foram com Pessoal e Encargos.



3. Receita Corrente Líquida- RCL

A Lei Complementar nº. 101, de 2000, estabeleceu o conceito de Receita Corrente Líquida (RCL), no inciso IV do art. 2º, *in verbis*:

Art. 2º

IV- Receita Corrente Líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

- Na União, nos Estados e nos Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições mencionadas na alínea "a" do inciso I e no Inciso II do art. 195, e no art. 239 da Constituição Federal;
- Nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação Constitucional;
- Na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no §9º do art. 201 da Constituição Federal;

§ 3º. A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

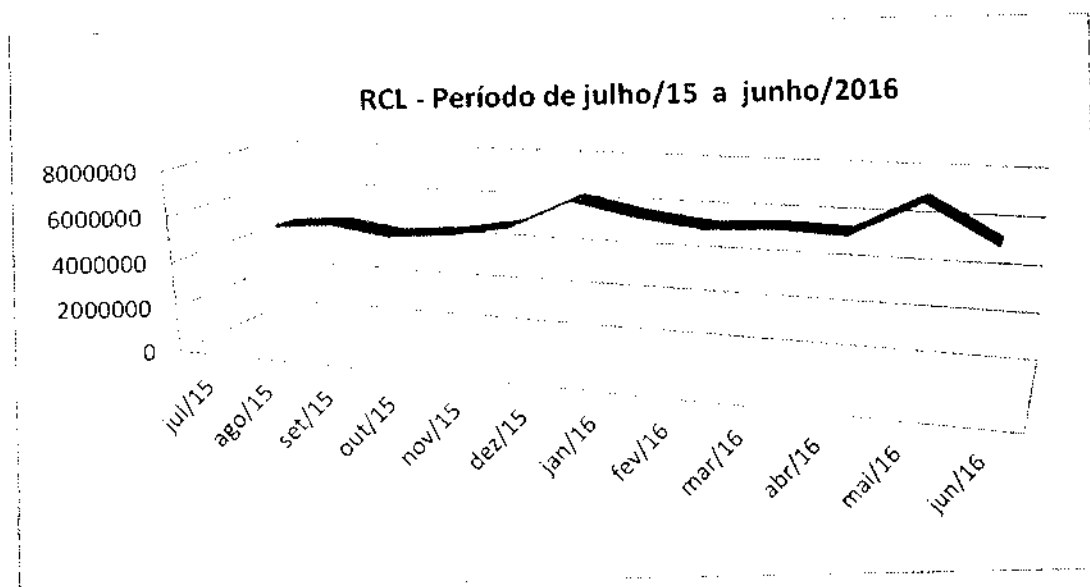
A Receita Corrente Líquida (RCL) apurada até junho (3º bimestre de 2016), período de julho/2015 a junho/2016 foi de **R\$ 64.000.604,96**.



RCL - PERÍODO DE JULHO/15 A JUNHO/2016

jan/16	5.782.319,00
fev/16	5.428.262,15
mar/16	5.594.235,47
abr/16	5.490.906,33
mai/16	6.998.501,26
jun/16	5.387.733,92
jul/15	4.453.998,61
ago/15	4.682.086,78
set/15	4.290.172,24
out/15	4.537.015,00
nov/15	5.013.396,71
dez/15	6.341.977,49
TOTAL	64.000.604,96

No gráfico abaixo, fica evidenciado a queda na receita corrente líquida, o que trará impacto também no cálculo da despesa com pessoal.



Abaixo segue série histórica através de tabelas e gráficos das RCL auferidas nos exercícios de 2014, 2015 e 2016 (até junho):

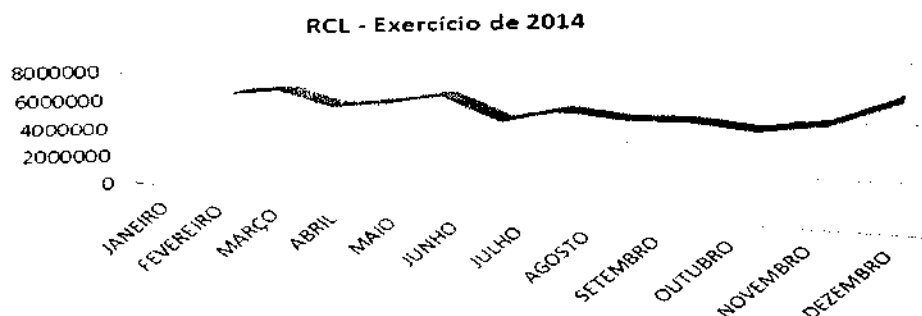
CONTROLE INTERNO

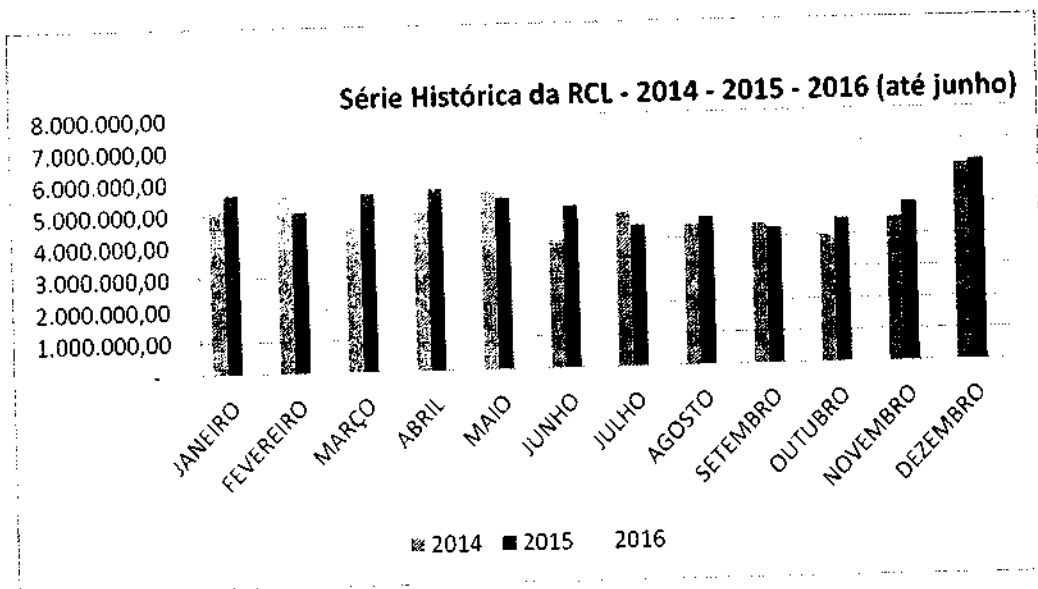
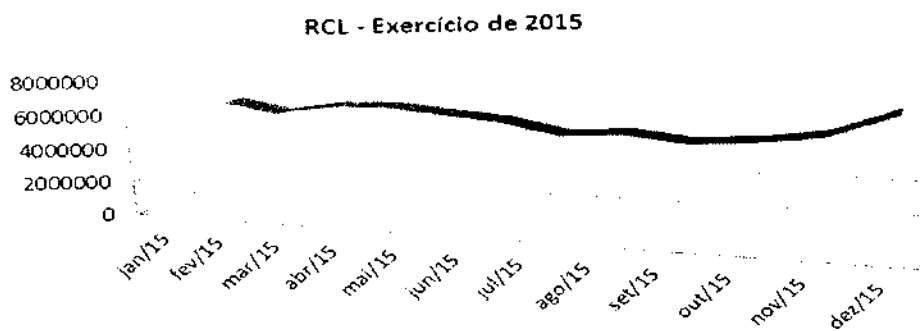
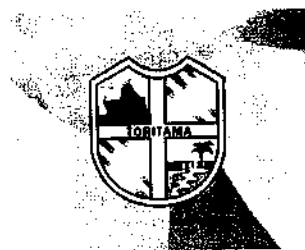


VALOR DA RCL - EXERCÍCIO DE 2014	
MÊS - REFERÊNCIA	VALOR (R\$)
JANEIRO	5.241.792,39
FEVEREIRO	5.645.927,42
MARÇO	4.581.462,58
ABRIL	4.983.916,64
MAIO	5.654.576,77
JUNHO	3.996.398,58
JULHO	4.911.991,31
AGOSTO	4.438.644,43
SETEMBRO	4.459.706,38
OUTUBRO	3.966.649,08
NOVEMBRO	4.559.633,48
DEZEMBRO	6.239.156,67
TOTAL	58.679.855,73

VALOR DA RCL - EXERCÍCIO DE 2015	
MÊS - REFERÊNCIA	VALOR (R\$)
jan/15	5.669.021,82
fev/15	5.102.427,63
mar/15	5.647.272,74
abr/15	5.745.918,84
mai/15	5.423.574,39
jun/15	5.130.822,54
jul/15	4.453.998,61
ago/15	4.682.086,78
set/15	4.290.172,24
out/15	4.537.015,00
nov/15	5.013.396,71
dez/15	6.341.977,49
TOTAL	62.037.684,79

VALOR DA RCL - EXERCÍCIO DE 2016	
MÊS - REFERÊNCIA	VALOR (R\$)
jan/16	5.782.319,00
fev/16	5.428.262,15
mar/16	5.594.235,47
abr/16	5.490.906,33
mai/16	6.998.501,26
jun/16	5.387.733,92
TOTAL	34.681.958,13





4. Resultado Primário

O Resultado Primário é o principal indicador de solvência fiscal no setor público. Tem por finalidade demonstrar a capacidade de o Município honrar o pagamento da dívida, utilizando suas receitas.

CONTROLE INTERNO



a) Resultado Primário estimado na LDO para o exercício de 2016	627.759,00
b) A estimativa por bimestre $[(627.759,00/6)*3]$	313.879,50
c) O Resultado Primário efetivamente realizado até o 3º bimestre de 2016	1.587.441,69

Nesse cálculo do Resultado Primário são consideradas apenas as chamadas receitas primárias, que não incluem, pelo lado das receitas, as financeiras, operações de crédito e alienação de bens, e do lado da despesa, a concessão de empréstimos e o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortizações).

5. Resultado Nominal

O Resultado Nominal consiste no monitoramento do desempenho do montante da dívida pública a cada bimestre.

a) Resultado Nominal estimado na LDO para o exercício de 2016	1.200.000,00
b) A estimativa por bimestre $[(1.200.000,00/6)*3]$	600.000,00
c) O Resultado Nominal efetivamente realizado até o 3º bimestre de 2016	- 6.992.194,80

Objetivamente, o Resultado Nominal reflete, nominalmente, o valor da dívida consolidada pública. Quando ela aumenta, o resultado é positivo, quando ela diminui o resultado é negativo.

6. Demonstrativo da Dívida Consolidada

O Montante da Dívida Consolidada Bruta no 3º bimestre de 2016 foi de R\$ 18.154.032,04.

81 3741.1811



É relevante ressaltar que a Dívida Consolidada Pública, a que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, envolve os compromissos legalmente assumidos de longo prazo, como parcelamentos de dívidas previdenciárias em favor do INSS.

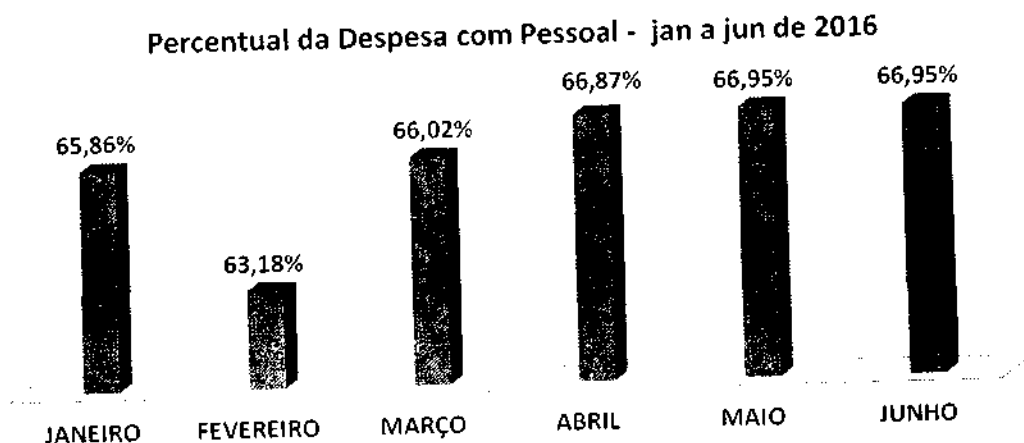
7. Despesas com Pessoal

A Lei de Responsabilidade Fiscal em seu art. 22, preconiza que a despesa total com pessoal não poderá ultrapassar 51,3%. No 1º Quadrimestre de 2016 o percentual atingido foi de 66,87%, muito acima do limite estabelecido no citado dispositivo legal.

A Despesa com pessoal no 3º bimestre de 2016, apurada no período de julho/2015 a junho/2016, conforme estabelece a LRF, foi de R\$ 42.846.218,48 que representa 66,95% da RCL.

Dispõe a LRF no art. 20, inciso III, alíneas "a" e "b" que no Município o Limite de Despesas com Pessoal (DP) é de 6% para o Poder Legislativo e 54% para o Poder Executivo. Quanto o Município alcança 95% do limite da RCL (51,30%) com DP fica vedada a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição, bem como outras vedações que constam dos incisos II a V do parágrafo único do art. 22 da LRF.

Na verdade 54% da RCL acima citada são R\$ 34.560.326,68. Por conseguinte, **houve um excesso de R\$ 8.285.891,80**, que representa **+12,95% da RCL**. Abaixo, gráfico representativo da evolução dos percentuais da despesa com pessoal até o 3º bimestre:



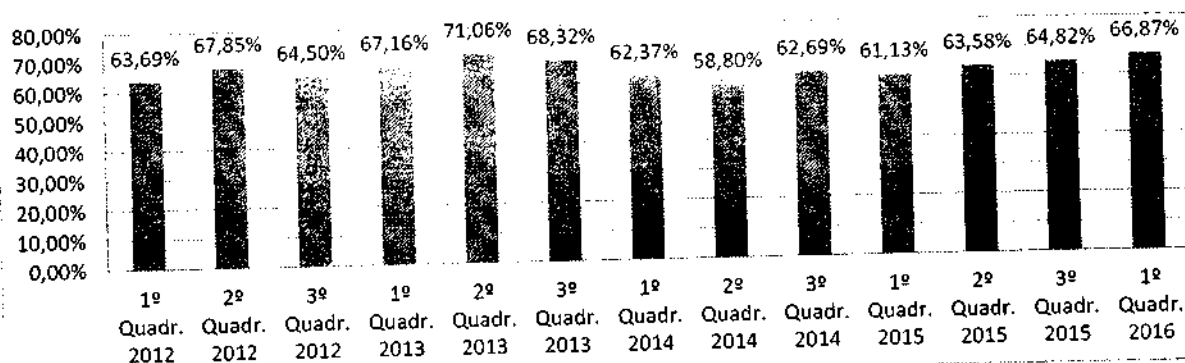


Segue abaixo a trajetória quadrimestral do comprometimento da despesa com pessoal no período de 2012 a abril de 2016:

Trajetoira do Comprometimento da Despesa com Pessoal

Descrição	1º Quadr. 2012	2º Quadr. 2012	3º Quadr. 2012	1º Quadr. 2013	2º Quadr. 2013	3º Quadr. 2013	1º Quadr. 2014	2º Quadr. 2014	3º Quadr. 2014	1º Quadr. 2015	2º Quadr. 2015	3º Quadr. 2015	1º Quadr. 2016
%DTP	63,69%	67,85%	64,50%	67,16%	71,06%	68,32%	62,37%	58,80%	62,69%	61,13%	63,58%	64,82%	66,87%

DESPESA COM PESSOAL (2012 - 2016)



8. Aplicação em Saúde

A aplicação dos recursos nas ações e serviços públicos de saúde pelos municípios está regulamentada pelo art. 7º da Lei Complementar nº. 141, de 2012, onde o qual estabelece que os municípios deverão aplicar pelo menos 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação de impostos a que se referem o art. 156 e os recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º da Constituição Federal.

Até o 3º bimestre de 2016 a aplicação em saúde no Município foi de **19,92%**, no tocante a despesa liquidada, cumprindo assim o percentual mínimo exigido de investimentos em saúde. Ressaltamos que a aplicação do percentual de 15% é do exercício, devendo a gestão observar os repasses e aplicações nos serviços públicos de saúde.

PERCENTUAL COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - EXERCÍCIO DE 2016		
BIMESTRE	Valor apurado (R\$)	% Aplicado
1º	883.597,74	13,53%
2º	2.593.192,44	19,43%
3º	4.036.100,02	19,92%

**9. Aplicação em Educação**

Conforme estabelece o caput do art. 212 da Constituição Federal, os municípios deverão aplicar na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), no mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) das Receitas Resultantes de Impostos (RRI) e transferências constitucionais. No terceiro bimestre de 2016 foi aplicado **20,60%** na MDE.

Abaixo em tabela, elencam-se os percentuais e valores investidos efetivamente pela Municipalidade:

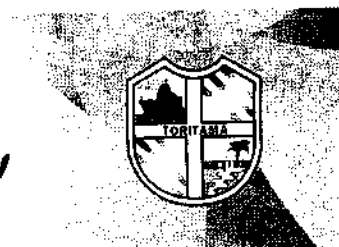
PERCENTUAL COM MDE - EXERCÍCIO DE 2016		
BIMESTRE	Valor apurado (R\$)	% Aplicado
1º	- 339.027,27	-5,19%
2º	2.768.430,49	20,75%
3º	4.174.119,75	20,60%

No art. 212 da Constituição da República consta que a aferição do montante aplicado é anual. Por conseguinte, o valor aplicado no 3º bimestre não demonstra o desempenho do Município até dezembro de 2016.

10. Aplicação do FUNDEB

Conforme dispõe a Lei Federal nº. 11.494, de 20 de junho de 2007, preceitua em seu art.22 que pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos totais do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Valorização dos Profissionais da Educação Básica), ingressados no Município durante o exercício, serão aplicados na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica, em efetivo exercício na rede pública municipal. Até o 3º bimestre de 2016 a aplicação das receitas do FUNDEB com despesa com profissionais da educação básica representou **64,41%**.

PERCENTUAL COM PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO - EXERCÍCIO DE 2016		
BIMESTRE	Valor apurado (R\$)	% Aplicado
1º	1.374.049,98	36,64%
2º	4.246.265,87	58,85%
3º	7.448.136,82	64,41%



11. METAS FISCAIS

**PREVISTO x RELIZADO
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS**

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas na LDO para 2016	3/6 das Metas Previstas para 2016 (a)	Metas Realizadas até o terceiro Bimestre (b)	Diferença entre (b) - (a)
Receita Total	78.396.832,29	39.198.416	34.897.324,79	- 4.301.091,36
Receitas Primárias (I)	72.681.243,24	36.340.622	34.595.770,57	- 1.744.851,05
Despesa Total	78.396.832,29	39.198.416	33.445.125,51	- 5.753.290,64
Despesas Primárias (II)	72.053.484,24	36.026.742	33.008.328,88	- 3.018.413,24
Resultado Primário (III) = (I-II)	627.759,00	313.880	1.587.441,69	1.273.562,19
Resultado Nominal	1.200.000,00	600.000	6.992.194,80	- 7.592.194,80
Dívida Pública Consolidada	15.800.000		18.162.032,04	2.362.032,04
Dívida Consolidada Líquida	15.800.000		13.960.163,41	- 1.839.836,59

Na segunda coluna as metas anuais foram divididas por 6, em razão de um bimestre ser 1/6 do exercício.

Os números nesse relatório foram extraídos do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) do 3º bimestre de 2016. Disponível no site: <https://siconfi.tesouro.gov.br>

**CONTROLE
INTERNO**

Prefeitura Municipal de
Toritama
A mudança começou.



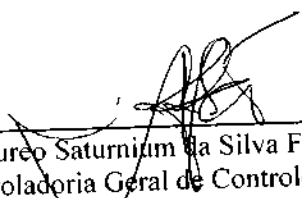
Documento Assinado Digitalmente por: ODON FERREIRA DA CUNHA, AUREO SATURNIUM DA SILVA FALCAO
Acesse em: <http://cece.tce.pe.gov.br/ppp/validaDoc.seam> Código do documento: e151d498-f052-4bb8-be34-fba18abcf80c

12. Resumo dos Índices

DESCRIÇÃO DA OBRIGAÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL	LIMITE	REALIZADO PELA GESTÃO
Despesa com Pessoal até o 3º Bimestre/2016 (jul/2015 a jun/2016)	54%	66,95%
Aplicação do FUNDEB na Remuneração do Magistério	60%	64,41%
Aplicação em Educação- MDE	25%	20,60%
Aplicação em Saúde	15%	19,92%

É o Parecer.

Toritama, 29 de julho de 2016.


Aureo Saturnium Da Silva Falcão
Controladoria Geral de Controle Interno

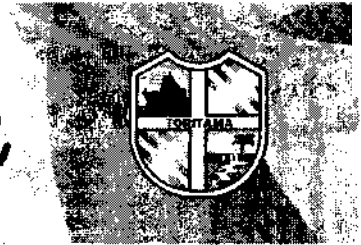
Aureo Saturnium Da Silva Falcão
CONTROLE INTERNO
Portaria GP Nº 301/2013

81 **3741.1811**

Prefeitura Municipal de Toritama
CNPJ 11.256.054/0001-39
Rua João Chagas, S/N
Centro, Toritama, Pernambuco, CEP 55125-000

CONTROLE INTERNO

Prefeitura Municipal de
Toritama
A mudança começou.



Documento Assinado Digitalmente por: ODON FERREIRA DA CUNHA, AUREO SATURNIUM DA SILVA FALCAO
Acesse em: <http://eicfice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e5f5d498-1052-4b88-b634-1ba18abcf80c



**RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO
DAS METAS BIMESTRAIS
5º BIMESTRE DE 2016**

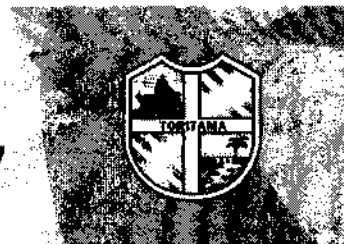
*Recebido, 06-12-2016
Edyla Duell*

ÉDYLA D'VILLA SILVA
SECRETARIA DE FINANÇAS
PORTARIA 294/2014

81 **3741.1811**

Prefeitura Municipal de Toritama
CNPJ 11.256.054/0001-39
Rua João Chagas, S/N
Centro, Toritama, Pernambuco, CEP 55125-000

PREFEITO



1. Introdução

Atendendo ao que preceitua a Legislação vigente, artigos 37, 42, 74 e 165 da Constituição Federal, a Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em seu artigo 9º, bem como o Preconizado na Resolução do Tribunal de Contas do Estado TC Nº. 01/2009 e na Lei Municipal nº. 996/2009, apresentamos o Relatório Bimestral da Execução Orçamentária e da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais. Conforme determina a LRF o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais ao final de cada bimestre.

Os dados foram extraídos do relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) do 5º bimestre de 2016, produzido pela contabilidade e publicado no portal do SISTEMA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E FISCAIS DO SETOR PÚBLICO-SICONFI, acesso: siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/declaracao/declaracao_list.jsf, tendo como objetivo fundamental levar ao conhecimento das autoridades competentes, do controle externo e da sociedade, informações adicionais e de forma simplificada.

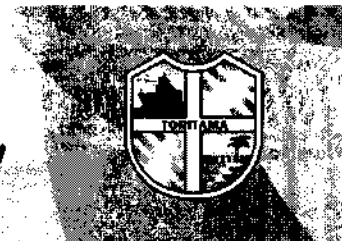
2. Receita Pública

As receitas previstas, conforme Lei Orçamentária Anual- LOA 2016, configuraram-se da seguinte maneira:

A receita corrente estimada no exercício de 2016 foi de R\$ 76.946.832,29, e as receitas de capital R\$ 1.450.000,00, totalizando o montante de R\$ 78.396.832,29. A Receita prevista até o 5º bimestre, conforme quadro abaixo foi R\$ 65.330.693,58, sendo realizado o total de Receitas de R\$ 54.987.349,92, ou seja, a Municipalidade arrecadou a menor R\$ 10.343.344,41 no período compreendido entre janeiro a outubro/2016. Abaixo um quadro e gráfico com as análises das receitas auferidas até o bimestre pela municipalidade.

CONTROLE INTERNO

Prefeitura Municipal de
Toritama
A mudança começou.

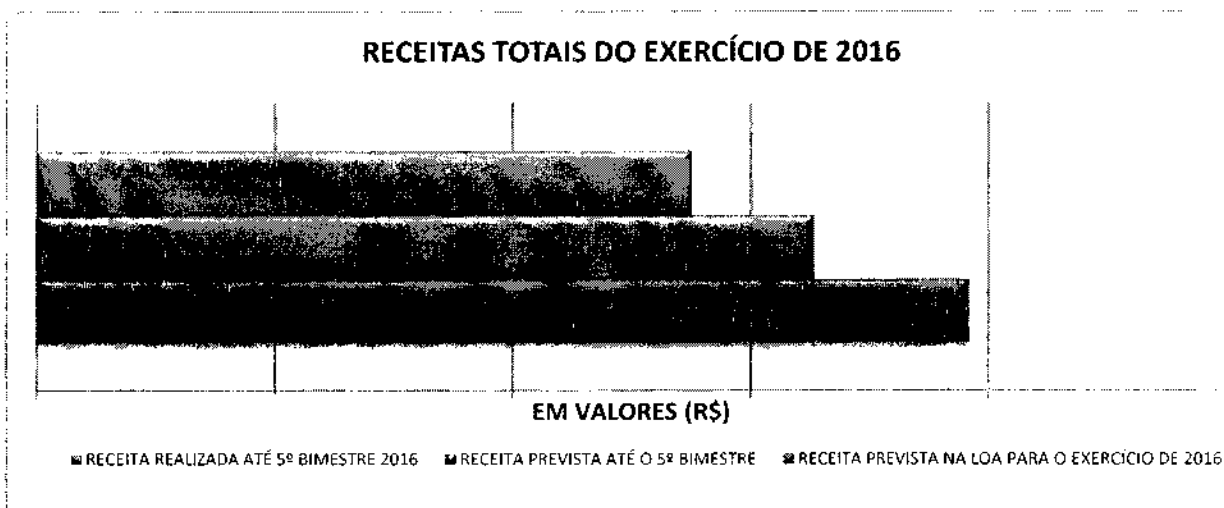


Documento Assinado Digitalmente por: ODON FERREIRA DA CUNHA, AUREO SARRUNIM DA SILVA, FALGÃO
Acesse em: <http://eic/ce/ce.pe.gov.br/epp/validacao> com Código do documento: 4151d498-4052-4bb8-b634-fa178ab6f60c

RECEITAS ATÉ O 5º BIMESTRE

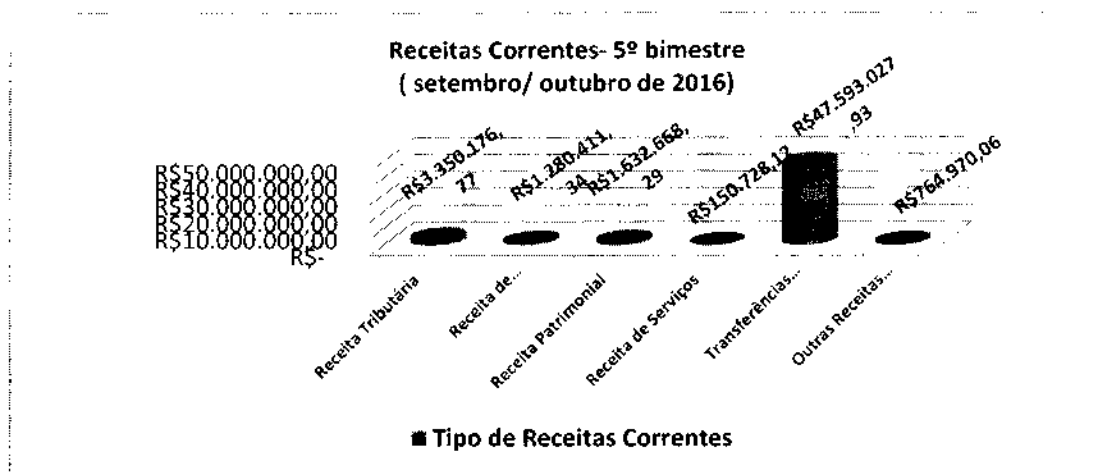
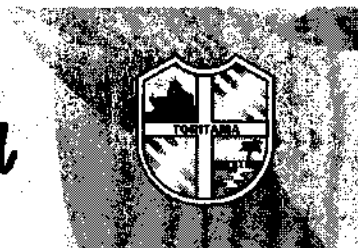
DISCRIMINAÇÃO DA RECEITA	RECEITA PREVISTA NA LOA PARA O EXERCÍCIO DE 2016	RECEITA PREVISTA ATÉ O 5º BIMESTRE	RECEITA REALIZADA ATÉ 5º BIMESTRE 2016	RECEITA ARRECADADA A MENOR ATÉ O 5º BIMESTRE 2016
RECEITAS CORRENTES	R\$ 76.946.832,29	R\$ 64.122.360,24	R\$ 54.771.982,51	R\$ 9.350.377,17
Receita Tributária	R\$ 3.383.032,29	R\$ 2.819.193,58	R\$ 3.350.176,77	R\$ 530.983,33
Receita de Contribuições	R\$ 1.700.000,00	R\$ 1.416.666,67	R\$ 1.280.411,34	R\$ 136.255,56
Receita Patrimonial	R\$ 590.000,00	R\$ 491.666,67	R\$ 1.632.668,29	R\$ 1.141.001,11
Receita de Serviços	R\$ 518.000,00	R\$ 431.666,67	R\$ 150.728,12	R\$ 280.938,89
Transferências Correntes	R\$ 69.728.800,00	R\$ 58.107.333,33	R\$ 47.593.027,93	R\$ 10.514.305,56
Outras Receitas Correntes	R\$ 1.027.000,00	R\$ 855.833,33	R\$ 764.970,06	R\$ 90.863,73
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 1.450.000,00	R\$ 1.208.333,33	R\$ 215.366,66	R\$ 992.966,67
Operações de Crédito	R\$ 110.000,00	R\$ 91.666,67	R\$ -	R\$ 91.666,67
Alienação de Bens	R\$ 10.000,00	R\$ 8.333,33	R\$ -	R\$ 8.333,33
Transferências de Capital	R\$ 1.210.000,00	R\$ 1.008.333,33	R\$ 215.366,66	R\$ 792.966,67
Outras Receitas de Capital	R\$ 120.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ -	R\$ 100.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 78.396.832,29	R\$ 65.330.693,58	R\$ 54.987.349,17	R\$ 10.343.344,41

Extraído do RREO- 3º BIMESTRE/2016, disponível em <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>



No gráfico abaixo, podemos verificar a realização das receitas no 5º bimestre, onde é perceptível que o maior montante é proveniente das Transferências Constitucionais. Um ponto importante que deve ser observado é com realização a realização das receitas, em relação a previsão e realização das receitas, **o Município arrecadou a menor R\$ 10.343.344,41 o que é extremamente preocupante, sendo assim a realização das despesas deverá obrigatoriamente acompanhar a arrecadação para que não haja empenhamento, sem lastro financeiro.**

Abaixo representa-se graficamente o comportamento das receitas, onde fica evidenciado que o montante com a arrecadação de receita tributária é ainda muito baixo. A Municipalidade depende quase que exclusivamente dos Repasses Constitucionais.

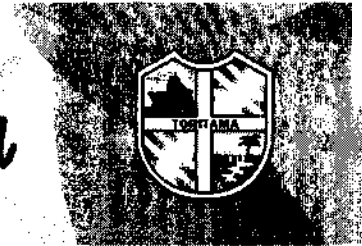


Despesa Pública

O total de **despesa liquidada até o 5º bimestre**, conforme RREO-ANEXO I (LRF. Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) foi de **R\$ 57.357.188,29**, sendo **R\$ 56.320.247,59** despesas correntes. O total autorizado (fixada) para o mesmo período das despesas correntes foi de **R\$ 65.330.693,58**. **O que significa uma economia orçamentária corrente de R\$ 7.973.505,29.**

No entanto, vale destacar que o montante de despesa liquidada que é aquela onde o serviço e o bem foram efetivamente entregues e prestados, **até o 5º bimestre foi de R\$ 57.357.188,29.**

A **Receita realizada no mesmo período foi de R\$ 54.987.349,17**, ou seja, **houve a realização de despesas sem levar em consideração a capacidade de arrecadação**, gerando **um déficit até outubro de R\$ 2.369.839,12**. No entanto, vale destacar que o montante de despesa liquidada que é aquela onde o serviço e o bem foram efetivamente entregues e prestados, **até o 5º bimestre foi de R\$ 57.357.188,29**

**CONTROLE
INTERNO**Prefeitura Municipal de
Toritama
A mudança começou.Documento Assinado Digitalmente por: ODON FERRERIA DA CUNHA, AUREO SATURNINIUM DA SILVA FAÇÇÃO
Acesse em: <http://eic/ce.gov.br/epp/validadoc.seam?CodigoDocumento:ef5fd498-7052-4bb8-b634-fa18a86180c>

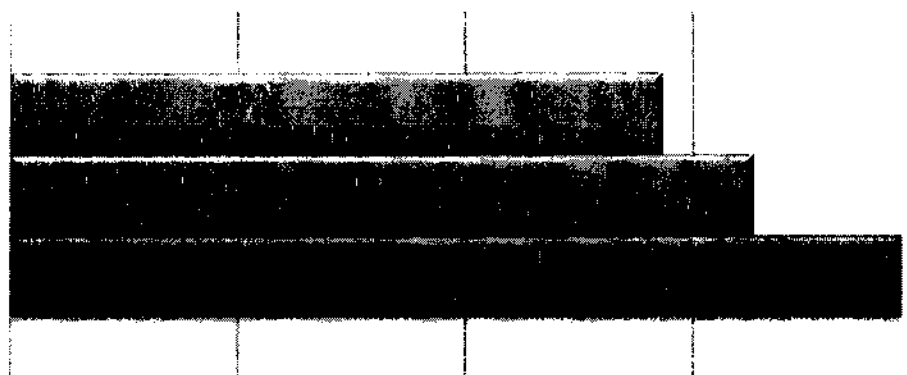
A Receita realizada no mesmo período foi de R\$ 54.987.349,17, ou seja, houve a contratação de despesas sem levar em consideração a capacidade de arrecadação do Município, gerando um déficit até outubro de R\$ 2.369.839,12.

DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA	DESPESAS FIXADAS NA LOA PARA O EXERCÍCIO DE 2016	DESPEZA FIXADA ATÉ O 5º BIMESTRE	DESPEZA LIQUIDADADA ATÉ O 5º BIMESTRE 2016	DESPEZA LIQUIDADA A MENOR ATÉ O BIMESTRE 2016
DESPESAS CORRENTES	R\$ 71.766.297,74	R\$ 59.805.248,12	R\$ 56.320.247,59	R\$ 3.485.000,53
Pessoal e encargos Sociais	R\$ 43.680.721,95	R\$ 36.400.601,63	R\$ 36.710.954,03	-R\$ 310,35
Juros e encargos da dívida	R\$ 1.000,00	R\$ 833,33	R\$ -	R\$ 833,33
Outras despesas correntes	R\$ 28.084.575,79	R\$ 23.403.813,16	R\$ 19.609.293,56	R\$ 3.794,51
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 5.530.534,55	R\$ 4.608.778,79	R\$ 1.036.940,70	R\$ 3.571.836,09
Investimentos	R\$ 3.230.117,89	R\$ 2.691.764,91	R\$ 288.918,48	R\$ 2.402.846,43
Amortização da Dívida	R\$ 2.300.416,66	R\$ 1.917.013,88	R\$ 748.022,22	R\$ 1.168.991,66
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 1.100.000,00	R\$ 916.666,67	R\$ -	R\$ 916.666,67
TOTAL GERAL	R\$ 78.396.832,29	R\$ 65.330.693,58	R\$ 57.357.188,29	R\$ 7.973.505,29

Extraído do RREO- 3º BIMESTRE, disponível em <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>



DESPESAS TOTAIS DO EXERCÍCIO DE 2016

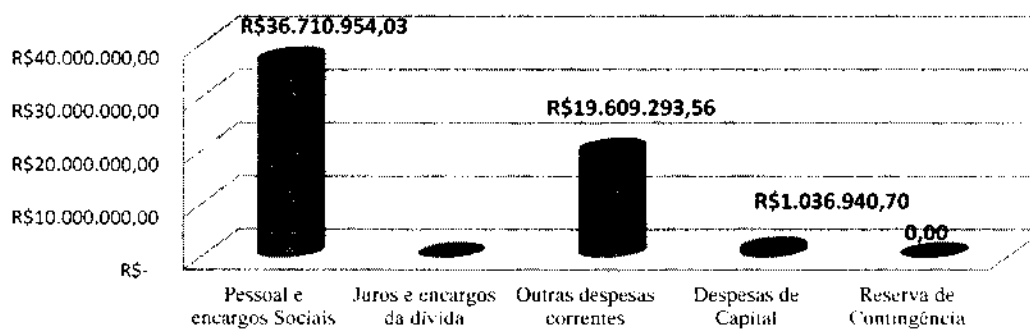


EM VALORES (R\$)

■ DESPESA LIQUIDADADA ATÉ O 5º BIMESTRE 2016 ■ DESPESA FIXADA ATÉ O 5º BIMESTRE ■ DESPESAS FIXADAS NA LOA PARA O EXERCÍCIO DE 2016

O gráfico abaixo evidencia as principais despesas, onde se observa que os maiores gastos até o 5º bimestre foram com **Pessoal e Encargos**, com **R\$ 36.710.954,03**.

Despesas no 5º Bimestre



3. Receita Corrente Líquida- RCL

CONTROLE INTERNO



A Lei Complementar nº. 101, de 2000, estabeleceu o conceito de Receita Corrente Líquida (RCL), no inciso IV do art. 2º, *in verbis*:

Art. 2º

IV- Receita Corrente Líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

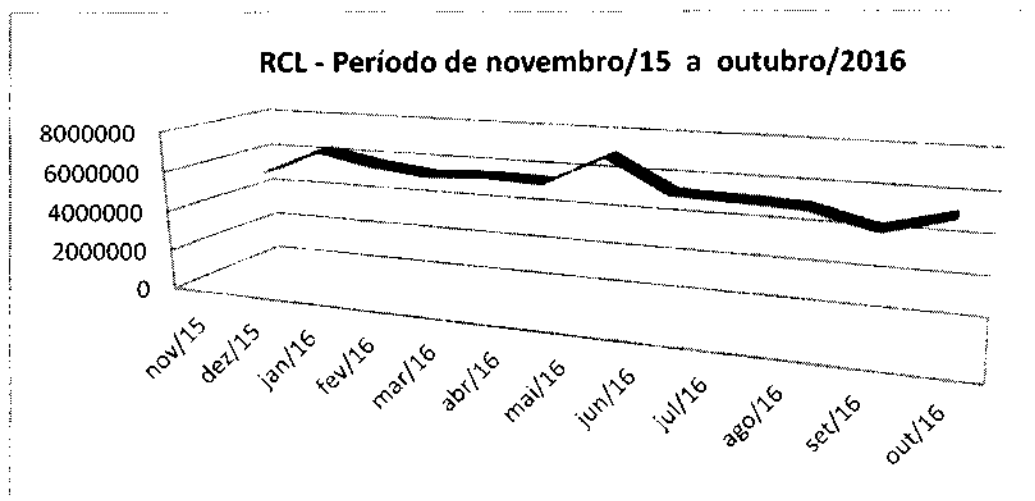
- a) Na União, nos Estados e nos Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições mencionadas na alínea "a" do inciso I e no inciso II do art. 195, e no art. 239 da Constituição Federal;
 - b) Nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação Constitucional;
 - c) Na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no §9º do art. 201 da Constituição Federal;
- § 3º. A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

A Receita Corrente Líquida (RCL) apurada até junho (5º bimestre de 2016), período de novem/2015 a outubro/2016 foi de **RS 66.127.356,71**

RCL-PERÍODO DE NOV/15 A OUT/16	
nov/15	5.027.905,73
dez/15	6.327.468,47
jan/16	5.782.319,00
fev/16	5.428.262,15
mar/16	5.594.235,47
abr/16	5.490.906,33
mai/16	6.998.501,26
jun/16	5.387.733,92
jul/16	5.288.665,93
ago/16	5.160.685,52
set/16	4.386.736,19
out/16	5.253.936,74
TOTAL	66.127.356,71



No gráfico abaixo, fica evidenciado a queda na receita corrente líquida, o que trará impacto também no cálculo da despesa com pessoal.



Abaixo segue série histórica através de tabelas e gráficos das RCL auferidas nos exercícios de 2014, 2015 e 2016:

VALOR DA RCL - EXERCÍCIO DE 2014	
MÊS - REFERÊNCIA	VALOR (R\$)
JANEIRO	5.241.792,39
FEVEREIRO	5.645.927,42
MARÇO	4.581.462,58
ABRIL	4.983.916,64
MAIO	5.654.576,77
JUNHO	3.996.398,58
JULHO	4.911.991,31
AGOSTO	4.438.644,43
SETEMBRO	4.459.706,38
OUTUBRO	3.966.649,08
NOVEMBRO	4.559.633,48
DEZEMBRO	6.239.156,67
TOTAL	58.679.855,73

VALOR DA RCL - EXERCÍCIO DE 2015	
MÊS - REFERÊNCIA	VALOR (R\$)
jan/15	5.669.021,82
fev/15	5.102.427,63
mar/15	5.647.272,74
abr/15	5.745.918,84
mai/15	5.423.574,39
jun/15	5.130.822,54
jul/15	4.453.998,61
ago/15	4.682.086,78
set/15	4.290.172,24
out/15	4.537.015,00
nov/15	5.013.396,71
dez/15	6.341.977,49
TOTAL	62.037.684,79



VALOR DA RCL - EXERCÍCIO DE 2016	
MÊS - REFERÊNCIA	VALOR (R\$)
JANEIRO	5.782.319,00
FEVEREIRO	5.428.262,15
MARÇO	5.594.235,47
ABRIL	5.490.906,33
MAIO	6.998.501,26
JUNHO	5.387.733,92
JULHO	5.288.665,93
AGOSTO	5.160.685,52
SETEMBRO	4.386.736,19
OUTUBRO	5.253.936,74
	-
	-
TOTAL	54.771.982,51

Abaixo, representação gráfica da RCL nos exercícios de 2014; 2015.

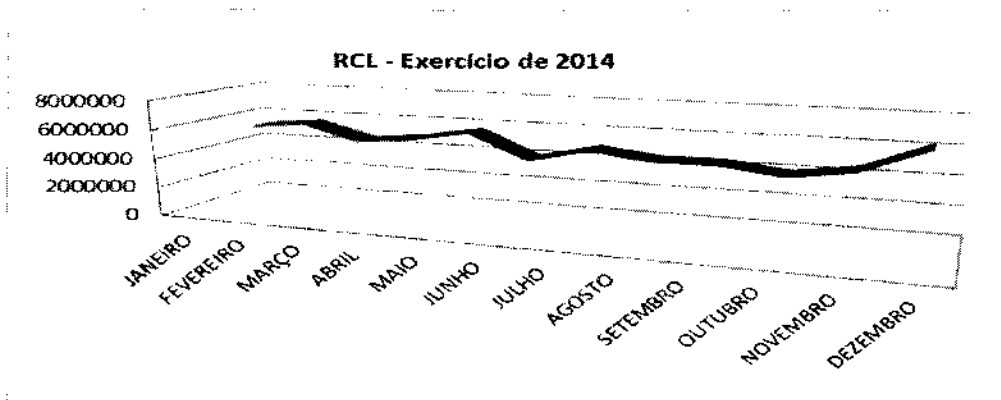


Gráfico 1-RCL ANO 2014

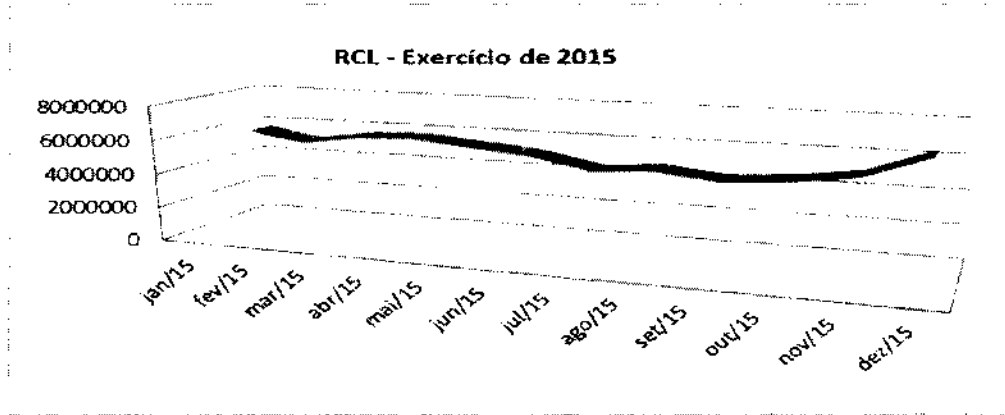
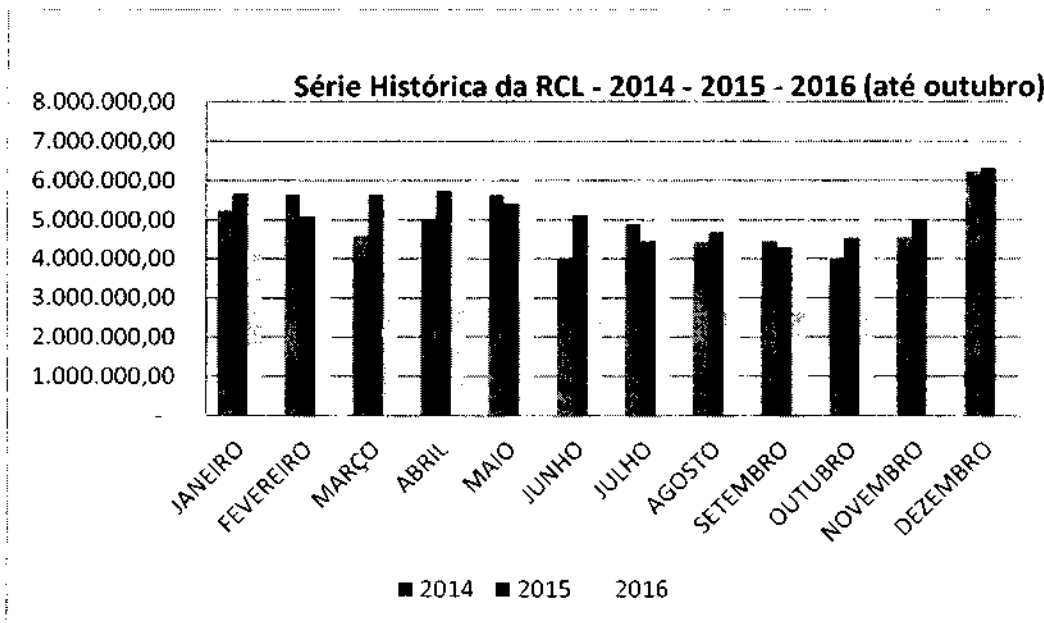


Gráfico 2-RCL ANO 2015

Abaixo, gráfico com a série do último triênio:



4. Resultado Primário



O Resultado Primário é o principal indicador de solvência fiscal no setor público. Tem por finalidade demonstrar a capacidade de o Município honrar o pagamento da dívida, utilizando suas receitas.

a) Resultado Primário estimado na LDO para o exercício de 2016	627.759,00
b) A estimativa por bimestre [(627.759,00/6)*5]	418.506,00
c) O Resultado Primário efetivamente realizado até o 5º bimestre de 2016	- 3.254.485,19

Nesse cálculo do Resultado Primário são consideradas apenas as chamadas receitas primárias, que não incluem, pelo lado das receitas, as financeiras, operações de crédito = alienação de bens, e do lado da despesa, a concessão de empréstimos e o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortizações).

5. Resultado Nominal

O Resultado Nominal consiste no monitoramento do desempenho do montante da dívida pública a cada bimestre.

a) Resultado Nominal estimado na LDO para o exercício de 2016	1.200.000,00
b) A estimativa por bimestre [(1.200.000,00 /6)*5]	1.000.000,00
c) O Resultado Nominal efetivamente realizado até o 5º bimestre de 2016	- 5.129.391,70



Objetivamente, o Resultado Nominal reflete, nominalmente, o valor da dívida consolidada pública. Quando ela aumenta, o resultado é positivo, quando ela diminui o resultado é negativo.

6. Demonstrativo da Dívida Consolidada

O Montante da Dívida Consolidada Bruta no 5º bimestre de 2016 foi de R\$ 18.238.394,84.

É relevante ressaltar que a Dívida Consolidada Pública, a que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, envolve os compromissos legalmente assumidos de longo prazo, como parcelamentos de dívidas previdenciárias em favor do INSS.

7. Despesas com Pessoal

A Lei de Responsabilidade Fiscal em seu art. 22, preconiza que a despesa total com pessoal não poderá ultrapassar **51,3%**. No 1º e 2º Quadrimestres de 2016, os percentuais atingidos foram respectivamente de **66,87%** e **67,10%**, muito acima do limite estabelecido no citado dispositivo legal.

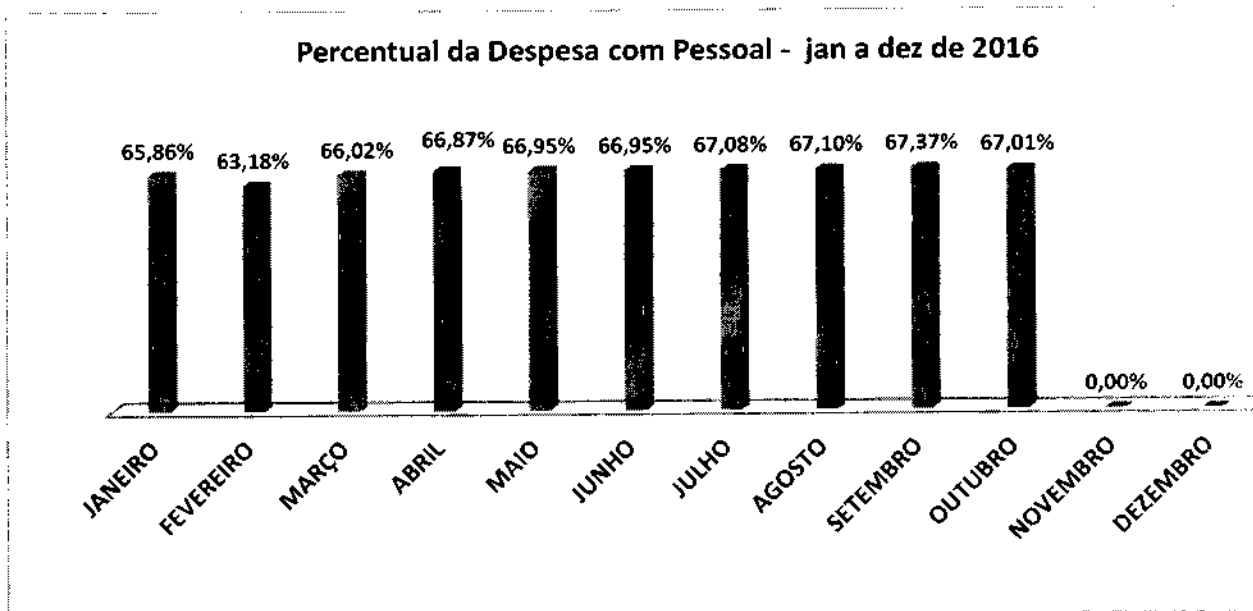
A Despesa com pessoal no 5º bimestre de 2016, apurada no período de novembro/2015 a outubro/2016, conforme estabelece a LRF, foi de R\$ 44.313.110,25 que representa **67,01%** da RCL.

Dispõe a LRF no art. 20, inciso III, alíneas “a” e “b” que no Município o Limite de Despesas com Pessoal (DP) é de 6% para o Poder Legislativo e 54% para o Poder Executivo. Quanto o Município alcança 95% do limite da RCL (51,30%) com DP fica vedada a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os



derivados de sentença judicial ou determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição, bem como outras vedações que constam dos incisos II a V do parágrafo único do art. 22 da LRF.

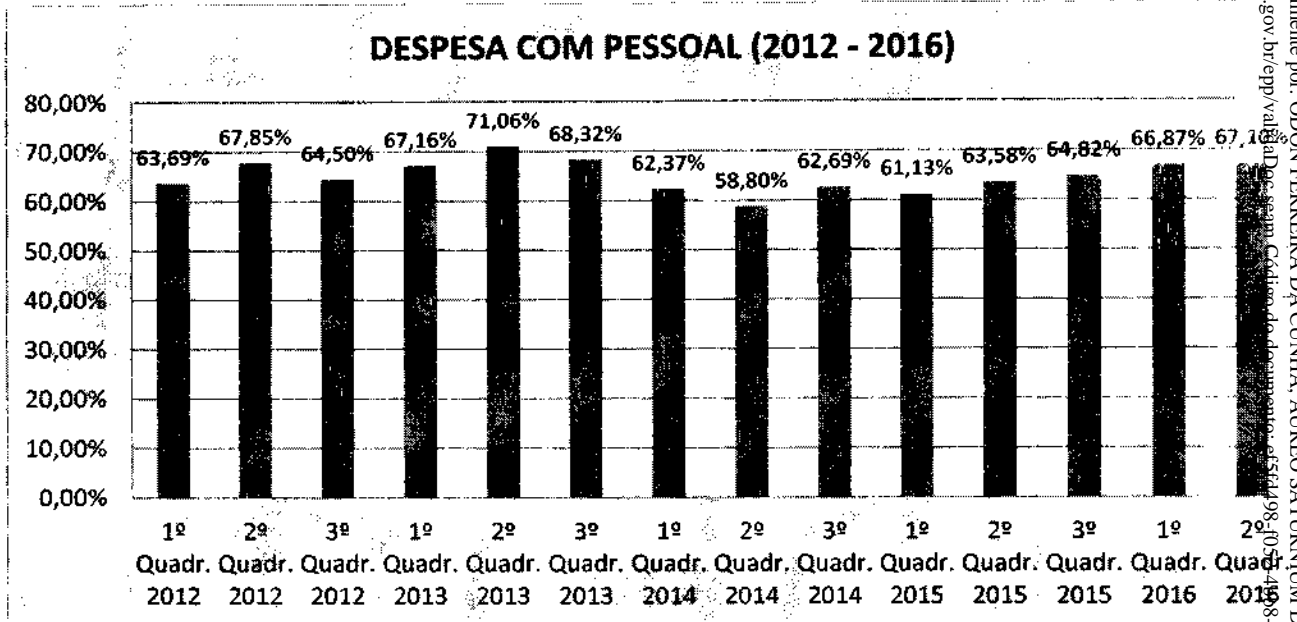
Na verdade 54% da RCL acima citada são R\$ 35.708.772,62. Por conseguinte, **houve um excesso de R\$ 8.043.337,63**. Abaixo, gráfico representativo da evolução dos percentuais da despesa com pessoal até o 5º bimestre:



Segue abaixo a trajetória quadrimestral do comprometimento da despesa com pessoal no período de 2012 a agosto de 2016:

Trajétória do Comprometimento da Despesa com Pessoal

Descrição	1º Quadr. 2012	2º Quadr. 2012	3º Quadr. 2012	1º Quadr. 2013	2º Quadr. 2013	3º Quadr. 2013	1º Quadr. 2014	2º Quadr. 2014	3º Quadr. 2014	1º Quadr. 2015	2º Quadr. 2015	3º Quadr. 2015	1º Quadr. 2016	2º Quadr. 2016
%DTP	63,69%	67,85%	64,50%	67,16%	71,06%	68,32%	67,37%	58,80%	62,69%	61,13%	63,58%	64,82%	66,87%	67,10%



8. Aplicação em Saúde

A aplicação dos recursos nas ações e serviços públicos de saúde pelos municípios está regulamentada pelo art. 7º da Lei Complementar nº. 141, de 2012, onde o qual estabelece que os municípios deverão aplicar pelo menos 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação de impostos a que se referem o art. 156 e os recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º da Constituição Federal.

Até o 5º bimestre de 2016 a aplicação em saúde no Município foi de **24,66%**, no tocante a despesa liquidada, cumprindo assim o percentual mínimo exigido de investimentos em saúde. Ressaltamos que a aplicação do percentual de 15% é do exercício, devendo a gestão observar os repasses e aplicações nos serviços públicos de saúde.



PERCENTUAL COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - EXERCÍCIO DE 2016		
BIMESTRE	Valor apurado (R\$)	% Aplicado
1º	883.597,74	13,53%
2º	2.593.192,44	19,43%
3º	4.036.100,02	19,92%
4º	5.894.964,89	22,24%
5º	7.848.425,05	24,66%
6º	-	0,00%

9. Aplicação em Educação

Conforme estabelece o caput do art. 212 da Constituição Federal, os municípios deverão aplicar na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), no mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) das Receitas Resultantes de Impostos (RRI) e transferências constitucionais. No quinto bimestre de 2016 foi aplicado **27,18%** na MDE.

Abaixo em tabela, elencam-se os percentuais e valores investidos efetivamente pela Municipalidade:

PERCENTUAL COM MDE - EXERCÍCIO DE 2016		
BIMESTRE	Valor apurado (R\$)	% Aplicado
1º	- 339.027,27	-5,19%
2º	2.768.430,49	20,75%
3º	4.174.119,75	20,60%
4º	6.559.742,19	24,75%
5º	8.649.338,22	27,18%
6º	-	0,00%

No art. 212 da Constituição da República consta que a aferição do montante aplicado é anual. Por conseguinte, o valor aplicado no 5º bimestre não demonstra o desempenho do Município até dezembro de 2016.

**10. Aplicação do FUNDEB**

Conforme dispõe a Lei Federal nº. 11.494, de 20 de junho de 2007, preceitua em seu art.22 que pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos totais do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Valorização dos Profissionais da Educação Básica), ingressados no Município durante o exercício, serão aplicados na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica, em efetivo exercício na rede pública municipal. Até o 5º bimestre de 2016 a aplicação das receitas do FUNDEB com despesa com profissionais da educação básica representou 72,30%.

PERCENTUAL COM PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO - EXERCÍCIO DE 2016		
BIMESTRE	Valor apurado (R\$)	% Aplicado
1º	1.374.049,98	36,64%
2º	4.246.265,87	58,85%
3º	7.448.136,82	64,41%
4º	10.156.091,99	68,98%
5º	12.822.102,49	72,30%
6º	-	0,00%

11. METAS FISCAIS**PREVISTO x RELIZADO
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS**

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas na LDO para 2016	5/6 das Metas Previstas para 2016 (a)	Metas Realizadas até o quarto Bimestre (b)	Diferença entre (b) - (a)
Receita Total	78.396.832,29	65.330.694	54.987.349,17	- 10.343.344,41
Receitas Primárias (I)	72.681.243,24	60.567.703	53.354.680,88	- 7.213.021,82

CONTROLE INTERNO

Prefeitura Municipal de
Toritama
A mudança começou.



Documento Assinado Digitalmente por: ODON FERREIRA DA CUNHA, AUREO SATURNIUM DA SILVA FALCAO
Acesse em: <http://eic/ce/ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: ef51d498-0052-4bb8-bc34-fba18abc180c

Despesa Total	78.396.832,29	65.330.694	57.357.188,29	-	7.973.505,29
Despesas Primárias (II)	72.053.484,24	60.044.570	56.609.166,07	-	3.435.404,13
Resultado Primário (III) = (I-II)	627.759,00	523.133	- 3.254.485,19	-	3.777.617,69
Resultado Nominal	1.200.000,00	1.000.000	- 5.129.391,70	-	6.129.391,70
Dívida Pública Consolidada	15.800.000		18.238.394,84		2.438.394,84
Dívida Consolidada Líquida	15.800.000		14.576.180,44	-	1.223.819,56

Na segunda coluna as metas anuais foram divididas por 6, em razão de um bimestre ser 1/6 do exercício.

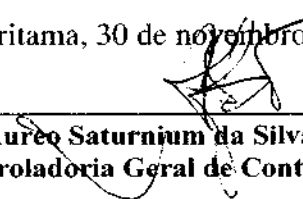
Os números nesse relatório foram extraídos do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) do 5º bimestre de 2016. Disponível no site: <https://siconfi.tesouro.gov.br>

12. Resumo dos Índices

DESCRIÇÃO DA OBRIGAÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL	LIMITE	REALIZADO PELA GESTÃO
Despesa com Pessoal até o 5º Bimestre/2016 (Nov/2015 a out/2016)	54%	167,01%
Aplicação do FUNDEB na Remuneração de Magisterio	60%	72,30%
Aplicação em Educação - MDE	55%	27,18%
Aplicação em Saúde	43%	24,66%

É o Parecer.

Toritama, 30 de novembro de 2016.


Aureo Saturnium da Silva Falcão
Controladoria Geral de Controle Interno